

Democracia Socialista

Caderno de textos para a 1ª Plenária Nacional da DS

De 30 de novembro a 2 de dezembro de 2012, em São Paulo

- 1 - A CRISE MUNDIAL, AS POSSIBILIDADES DO BRASIL E O PT**
- 2 - A DIMENSÃO ANTIRRACISTA NA CONSTRUÇÃO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA**
- 3 - VITÓRIA COM MUITAS LIÇÕES A TIRAR. ESBOÇO DE UMA AVALIAÇÃO DE CONJUNTURA**
- 4 - O PT, A DS E O DIREITO DE TENDÊNCIA**
- 5 – REVISTA DA DS**

A CRISE MUNDIAL, AS POSSIBILIDADES DO BRASIL E O PT

I. A situação internacional

1. Em nossa última Conferência caracterizamos o momento internacional como expressão de uma grande crise do capitalismo e buscamos caracterizá-la como crise do neoliberalismo. Com essa maneira de identificar sinais particulares da crise capitalista atual, buscamos destacar o fim de uma hegemonia longa - de cerca de 30 anos. Essa afirmação, que fizemos em julho de 2011, parece mais clara e confirmada hoje.

2. A crise eclodiu em 2008 como crise financeira nos EUA e se expandiu para os demais países centrais. Foi respondida com uma maciça intervenção dos Bancos Centrais desses países para o salvamento de bancos privados – gerando um forte impacto nas dívidas públicas – no conhecido processo de socialização pública dos prejuízos privados. Essa contenção provisória e problemática não implicou em mudanças de fundo no direcionamento das economias centrais e, por isso mesmo, não significou uma reversão do processo de aprofundamento da crise. Em 2011, a crise entrou em uma segunda fase, passando a atingir as dívidas de governos nacionais, chamadas “soberanas”, das quais a mais explosiva é a da Grécia. Em outro movimento conexo - e em processo - vem ocorrendo a passagem da crise financeira à crise da economia real, com redução e, em certos casos, contração da atividade produtiva, da renda e do emprego. Essa dinâmica atinge principalmente a Europa, com a exceção da Alemanha.

3. Estas três dimensões da crise – a origem e concentração nos países centrais, a ampliação da crise das finanças à dívida pública e à produção, e a sua já expressiva duração sem perspectiva, a curto prazo, de reversão – dão contornos de uma crise estrutural.

4. Para um maior estudo sobre esses acontecimentos, sua discussão precisa ser condicionada a dois entendimentos:

- O primeiro, já destacado pela nossa Conferência, é de que nem toda crise produz uma saída progressista. Ao contrário - para lembrar a crise de 30 do século XX - pode resultar em barbárie, como foram o nazismo e a II Guerra Mundial. O marxismo-revolucionário nunca interpretou esses momentos históricos de forma mecânica e nunca os subestimou, porque produzem efeitos de larga duração e modificam as condições das lutas de classes. E porque as lutas que se travam nesses momentos, as posições conquistadas (ou perdidas) e as perspectivas que se formam a partir delas, vão incidir na formação de um novo período histórico. Trata-se de momentos de formação de novas épocas históricas, nas quais se delineiam conjunturas diversas, mas subordinadas a um conjunto de fatores permanentes. Um bom exemplo dessa tradição de interpretação e de intervenção é a posição de Trotsky na crise de 30, criticando duramente o stalinismo que não percebia a ascensão do nazismo e mudança estrutural que a crise produzia.

- O segundo entendimento, que devemos destacar agora, é que o fim de uma longa hegemonia não a substitui imediatamente por outra. Entre o fim de um longo ciclo do capitalismo e o início de outro, cujas características estão em disputa por várias forças, há uma transição crítica. Esse tipo de processo aconteceu em duas viradas históricas: em 30 e no final dos anos 70 do século XX. Em nenhum deles o

final de uma hegemonia transformou-se em nova automaticamente. Durou anos e mesmo década, em meio a grandes conflitos internacionais e nos interior dos países. Para o Brasil, essas duas viradas tiveram enorme importância e, combinadas com a dinâmica interna de luta de classes, permitiram momentos excepcionais de mudança de curso do país. Em 30, assentam-se as bases iniciais do nacional-desenvolvimentismo; nos anos 80, desenvolve-se a maior construção política da classe trabalhadora já vista em nosso país, com o PT e a CUT sendo erguidos em meio à crise nacional. Agora, depois da hegemonia do "pensamento único" é muito provável uma fase prolongada de construção de alternativas. O pior cenário é o de descobrir, anos ou décadas depois, que o momento da disputa passou. Aqueles que só consideram o fim de uma longa onda capitalista quando a nova já começou, não têm o que dizer justamente no momento mais crucial de definição de oportunidades históricas.

5. Essa avaliação do caráter da crise ainda deve ser melhor esclarecida e aprofundada pela análise dos fatos que ocorreram no último ano - e que estão em curso - especialmente o mergulho da crise europeia, a difícil retomada norte-americana, o aprofundamento da via brasileira e a relativa autonomia do espaço latino americano, e ainda a relativa e problemática autonomia chinesa. Esses fatos já indicam elementos característicos da situação: a perda progressiva de unidade da globalização, a diferenciação progressiva do mundo.

6. A crise do neoliberalismo implica em mais do que a crise de um programa e de uma hegemonia política, o que já não é pouco. Afinal, não existem programas hegemônicos sem bases reais, materiais. Implica, portanto, também em perdas significativas para o seu motor - que é o capital financeiro internacional - e em redução real da globalização. Nesse sentido parece ser adequado afirmar a crise como novos bloqueios e impasses da globalização financeira. Ela se revela na desvalorização de ativos financeiros (nos EUA e Europa, sobretudo), na crise crescente das moedas de referência (dólar e euro), na dificuldade de evitar uma dinâmica contagiosa e auto-destrutiva de crise financeira, enfim, na incapacidade da "superestrutura" política construída pelo neoliberalismo para governar a expansão do capitalismo centrada em sua dimensão financeira.

7. O cenário internacional de crise e indeterminação traz consigo contradições monetárias no que se refere à instabilidade do dólar. Por um lado, o dólar ainda ocupa uma posição largamente predominante nas transações realizadas nos mercados cambiais do mundo, tanto nas operações comerciais quanto nas financeiras; por outro lado, não é desprezível a diversificação de moedas utilizadas nas transações cambiais internacionais nos últimos anos. Uma outra ambiguidade importante diz respeito à acumulação de reservas internacionais.

8. O fortalecimento macroeconômico dos países em desenvolvimento se expressa, dentre outras formas, no volume de reservas internacionais. Entretanto, parte significativa dessas reservas tem sido acumulada em dólares e/ou em títulos da dívida pública americana. Sendo assim, o mesmo elemento que endossa o aumento relativo de poder dos países em desenvolvimento reitera, provisoriamente, o poder internacional da moeda americana. Nesse contexto, as reservas internacionais têm permitido um maior raio de manobra da política econômica dos países em desenvolvimento, o que deixa evidente a existência de possibilidades para a construção de uma inserção externa mais soberana. Mas, na medida em que parte significativa dessas reservas é acumulada em dólares e títulos americanos, observam-se

dois movimentos: por um lado, a mudança na posição ocupada pelos Estados nacionais emergentes, que acumulam reservas de forma crescente e, por outro lado, certa reiteração do papel central desempenhado pela moeda americana.

9. A crise do neoliberalismo explicitou a íntima relação entre Estados e capitais financeiros internacionais, exponenciada pelo longo período de ataque neoliberal às organizações da classe trabalhadora. As políticas e medidas de combate à crise foram marcadas nos países centrais pela injeção de liquidez e pela emissão monetária, revelando a utilização do dinheiro público como forma prioritária de salvaguarda das riquezas privadas.

10. Em sequencia, os mesmos atores financeiros que recorreram à aliança com o Estado e aos recursos públicos, para minimizar os impactos da crise financeira iniciada nos EUA, criticaram o Estado e os déficits públicos em que incorreram. A defesa de políticas monetária e fiscal restritivas atingiu o paroxismo: as próprias instituições democráticas burguesas, já pouco representativas, foram afrontadas, como nos casos exemplares de Grécia e Itália. Se a etapa americana da crise já havia revelado a aliança entre Estado e financistas, a etapa europeia da crise explicitou a sobredeterminação dos interesses rentistas sobre os interesses públicos e sobre a própria democracia, revelando a forma "pura" do Estado como comitê executivo dos interesses dominantes, didaticamente explicada no Manifesto Comunista.

11. Um ponto fundamental é vincular esta dimensão mais propriamente econômica da crise internacional com a crise dos Estados centrais (a dos EUA em especial, mas também a colocação em questão da continuidade da União Europeia). Isso confere uma dimensão crítica mais ampla à crise como expressão da incapacidade de hegemonia das finanças. Abrem-se tensões de deslocamento do centro do sistema, maior espaço para trilhar caminhos singulares e próprios abertos pela crise, com a criação de zonas com um grau de autonomia maior face ao neoliberalismo e ao imperialismo.

12. A crise ainda não implicou, no entanto, em deslocamentos fundamentais entre as classes nos países até agora chamados de "centrais", mas elas se dão pelo menos em alguns espaços geopolíticos, como a América Latina.

13. Esse cenário ainda difuso e desigual levou alguns a questionarem a ideia de crise do neoliberalismo sem, no entanto, oferecer uma explicação melhor. Analistas críticos desde uma perspectiva reformista tenderam a definir a crise como um problema de regulação e, no máximo, como crise financeira ("esquecendo" que, dada a hegemonia das finanças, conferida pelo neoliberalismo, essa crise tinha necessariamente um caráter sistêmico). Outros, à esquerda, buscaram a caracterização genérica de crise do capitalismo, o que como toda generalização permite quase todo tipo de conclusão, desde as mais defensivas (e imobilistas) até as que esperam a catástrofe final.

14. Tudo indica que abre-se uma transição para um novo período histórico com mais diferenciações entre os setores da economia mundial, entre as iniciativas das forças sociais e políticas relevantes, com lutas e processos decisivos que vão moldar, ainda, um novo período do capitalismo. Nesse sentido, estaríamos na primeira conjuntura internacional de um novo período, com diversas possibilidades abertas, não só de avanço para a hipótese de recomposição socialista – o que pode se dar na América

Latina e, talvez, em outros espaços – mas também de retrocessos ultraconservadores em outros lugares, como parece ser o risco na Europa.

15. Sem descartar uma hipótese de regressão a formas de barbárie, cujos sintomas estão à mostra, o campo mais provável é o de um enfraquecimento das posições liberais e conservadoras, impasses prolongados das alternativas ao neoliberalismo no campo burguês e aberturas de espaço para a esquerda, inclusive com possibilidades para uma refundação de sua identidade.

16. A posição do Brasil nesse contexto é singular por uma conjunção de fatores sociais e políticos. Ainda que com muitos problemas orgânicos e ideológicos, nossas organizações da classe trabalhadora, em especial o PT e a CUT, mantiveram continuidade e se fortaleceram; ainda que com muitos direitos a recuperar e a conquistar, a classe trabalhadora vem se fortalecendo pelas políticas de emprego e elevação do salário dos nossos governos; ainda que tendo muito a superar-se, pela terceira vez consecutiva, o PT lidera o governo central com uma construção ativa, dentro do país e internacionalmente, de uma alternativa ao neoliberalismo.

II. A dinâmica da revolução democrática brasileira

17. Nossa X Conferência colocou a ideia de uma revolução democrática no “centro da tática”. É importante que agora façamos uma concretização maior dessa proposta. E que deixemos mais claro o seu sentido de aprofundamento e mudança de qualidade política da construção de um caminho brasileiro alternativo ao neoliberalismo sob hegemonia do socialismo democrático.

18. Na reflexão do PT, a ideia de uma revolução democrática no Brasil toma corpo nas eleições de 1994. As Bases do Programa de Governo daquele ano tem como título “Uma Revolução Democrática no Brasil”. Suas diretrizes propõem: “As propostas que apresentará em seu Programa de Governo-94 apontam para transformações de caráter democrático e antimonopolistas, antilatifundiárias e anti-imperialistas, que se inserem em uma estratégia de longo prazo de construção de uma alternativa ao capitalismo, uma revolução democrática que mude radicalmente as bases do poder.” Essa ideia já está presente no 8º Encontro Nacional (1993), onde se propõe uma visão “transicional-alongada” como fio condutor do projeto, que é “...parte de uma revolução democrática em nossa sociedade, uma ruptura com as estruturas de poder vigentes, que abra caminho para a construção de uma sociedade radicalmente diferente da nossa. Já fracassou no passado o reformismo nacional-populista, que acreditou poder conciliar interesses antagônicos.”

19. O contexto dessas formulações era a iminência de ganhar a Presidência da República. Até então, a ideia construída (em torno da disputa presidencial de 1989), era a de que a conquista do governo central pelo PT, baseada na mobilização da classe trabalhadora e depois de longo período de ditadura, deveria abrir um processo rápido de mudanças dentro do qual o nosso partido atuaria para direcionar a solução de conflitos sociais previsíveis rumo a conquistas de caráter transitório ao socialismo.

20. Em uma situação diferente de 1989, quando concebíamos um processo rápido e concentrado de conflitos sociais em direção a uma transição ao socialismo, 1994 inaugura uma visão processual de mudanças na direção do socialismo através de uma revolução democrática. Essa mudança correspondeu à mudança dramática da cena mundial, com amplos deslocamentos a favor do imperialismo. Mas é preciso ressaltar que mesmo mudando sua visão de processo de desenvolvimento da luta de classes no Brasil, nosso partido manteve a perspectiva socialista: uma revolução democrática em direção ao socialismo, agora em um processo longo.

21. Essa foi a última teorização do PT ligando a conquista do governo central e o desenvolvimento de uma estratégia de transformação social, política e cultural. Uma estratégia onde mudanças cumulativas e rupturas na ordem capitalista apontam numa direção socialista.

22. Depois, em 1998, 2002, 2006 e 2010, não se expressou mais, de forma explícita, esse vínculo estratégico no programa partidário, o que consideramos forte recuo político.

23. É justamente para retomar esse fio da meada que resgatamos a proposta de uma revolução democrática - com perspectiva socialista - no Brasil.

24. Dirigindo o governo central pela terceira vez e enfrentando vitoriosamente a crise do neoliberalismo, aprofundamos a revolução democrática no Brasil. O PT, mesmo com as elaborações programáticas do 4o Congresso, ainda não abriu um novo tempo de elaboração estratégica condizente com a experiência política que está em curso. Contribuir para isso é uma tarefa central.

25. Em nossa X Conferência, destacamos o eixo central dessa revolução democrática e social: a construção de uma alternativa ao neoliberalismo dirigida por um partido que se inspira no socialismo democrático.

26. Assinalamos então os diversos aspectos ou dimensões daí derivadas e que cabe atualizar:

27. A dimensão internacional, que hoje adquire um caráter mais claro de forçar o deslocamento do centro dinâmico da economia internacional para fora da hegemonia dos EUA e Europa, com o avanço da formação da Unasul, dos Brics e de novas instituições econômicas internacionais. Essa dimensão adquire mais centralidade com a crise do neoliberalismo em escala internacional. Isso porque uma alternativa ao neoliberalismo não se completa em um só país. Com muita evidência para os países governados por programas alternativos ao neoliberalismo, o Estado nacional retoma elementos de soberania política e econômica, derrubando mais um mito construído pela ideologia neoliberal: o de que o Estado nacional teria perdido sua função. Isso não quer dizer que a alternativa ao neoliberalismo deva restringir-se à defesa do espaço nacional, embora, naturalmente, ela deva ser realizada. Nossa alternativa vai além do nacionalismo e requer a combinação da soberania nacional com a construção de novas relações políticas e econômicas alternativas à ordem imperialista moldada pelos EUA no pós-guerra e que foi adaptada ao neoliberalismo, hoje em crise;

28. A redução do poder do capital financeiro e a afirmação quantitativa e qualitativa de um sistema financeiro público em conjunto com um Banco Central republicano (i.é, não subordinado aos bancos

privados) e voltado para a defesa da moeda, contra a especulação cambial e a agiotagem (juros), mas, também, para a defesa do emprego e da construção do desenvolvimento nacional e de nova regulação internacional sobre os capitais. Esse processo é fortalecido no nosso terceiro governo e é um dos seus mais importantes avanços;

29. Em conjunto com o fortalecimento do setor financeiro estatal (BNDES e bancos públicos) devem ser reforçados o planejamento, a direção e a capacidade de ofertar serviços públicos e de organizar atividades econômicas estratégicas sob caráter público. Esse sentido deve prevalecer cada vez mais no processo de acumulação (investimentos públicos e privados). A redução do poder do capital financeiro permite ao Estado mais presença na condução do desenvolvimento econômico;

30. Sempre defendemos que um maior fortalecimento do Estado deve vir junto com sua maior democratização e maior afirmação do seu caráter público. Na esfera econômica, isso significa afirmar e construir a supremacia da eficiência pública, planejada e democratizada, sobre a eficiência privada, muitas vezes baseada na apropriação de fundos públicos. Ainda que setores privados se beneficiem da reorientação econômica em curso, esse processo não é - e não deve vir a ser - capitaneado por esses setores. A relação de força a ser construída deve ser a de subordinação do capital privado ao poder político, econômico e financeiro do Estado, que por sua vez deve ser democratizado na sua estrutura;

31. Estancamos o processo de privatização neoliberal. Essa diretriz deve ser aprofundada no fortalecimento econômico, mas também no caráter público, democrático e nacional das empresas estatais. Suas associações com empresas privadas - as eventuais concessões de serviços públicos - devem ser delimitadas e específicas, e, sobretudo, subordinadas a rigorosa gestão pública. Além disso, o Estado deve ser capaz de ampliar a oferta de serviços públicos diretamente. Seria extremamente danoso supor um maior rendimento de serviços públicos sob gestão privada, em geral financiada com recursos públicos. O mito da eficiência privada já está bastante desmoralizado pela crise do neoliberalismo. Trata-se agora de construir outro modo de gestão, que seja pública, desburocratizada, "desclientizada" e eficaz na satisfação das necessidades do desenvolvimento;

32. A construção de um mercado interno de massas aliado à soberania econômica e política do Brasil, impulsionando o crescimento econômico junto com distribuição de renda, elevação do salário e do emprego é inseparável da construção de uma nova matriz produtiva nacional e uma nova estrutura agrária democratizados, eficientes e sob comando do planejamento público, com sustentabilidade ambiental;

33. A construção de um Estado de solidariedade social, feminista e multiétnico, com igualdade de acesso aos bens culturais e sociais, com solidariedade de gerações, com reformas progressivas face à extremamente desigual distribuição da renda e da propriedade, deve resultar em elevação da qualidade e extensão das políticas sociais e de promoção da igualdade.

34. Tal processo só pode se completar e, ao mesmo tempo, mudar de qualidade, se sua dimensão propriamente política expressar uma refundação democrática do Estado brasileiro, baseada na democracia participativa e na supressão do seu caráter liberal. Esse ponto nodal, ao mesmo tempo resultado convergente de várias dimensões da revolução democrática e diretriz presente em cada uma

delas, representaria a mudança de qualidade do processo de construção de uma alternativa ao neoliberalismo e conquista da hegemonia do socialismo democrático. A compreensão dos caminhos que podem conduzir a esse momento estratégico é o nosso maior desafio.

III. O PT e a revolução democrática

35. O 4o Congresso estatutário expressou uma maioria partidária a favor de mudanças que tornaram o PT o partido de esquerda mais democrático do mundo. Esse fato é decisivo porque mostra, mais uma vez, o potencial transformador e as raízes proletárias do nosso partido. Sua colocação em prática é um desafio difícil, mas alimentado por razões realistas.

36. Direito de tendência, auto-sustentação financeira, unidade com pluralismo, caráter de massas e de militância, igualdade de gênero na direção, diversidade étnico-racial, afirmação da juventude: qual partido de esquerda, no mundo, expressa essa vontade? Tivéssemos outros e poderíamos iniciar o debate organizativo de uma nova Internacional socialista.

37. Entre a situação atual e a utopia recém desenhada pelo 4o Congresso deve existir um caminho, que é preciso traçar. O 4o Congresso em certa medida indicou a superação dos blocos internos de poder em prol de um projeto partidário socialista e democrático. Ainda não sabemos se será possível realizá-lo no próximo PED, mas devemos dar passos nesse sentido.

38. Em primeiro lugar, nos dirigindo a todo o partido colocando esse debate de conjunto, desde a estratégia política até a construção partidária. Estamos abertos ao bom debate!

39. Em segundo lugar, propomos um reposicionamento da Mensagem ao Partido, a quem endereçamos também essa contribuição, visando uma conclusão comum. Esse reposicionamento deve significar debates de conteúdo, considerando a conjuntura de embate eleitoral, hoje prioritária, e iniciativa para debater com todos os setores partidários visando a construção de uma nova direção coerente com o 4o Congresso e com a luta pela revolução democrática sob perspectiva socialista. Nesse sentido, devemos procurar para esse debate, os novos agrupamentos de militantes, dirigentes partidários, parlamentares e a chamada "sociedade civil petista".

40. Em terceiro lugar, mas não menos importante, questionamos o chamado "campo majoritário" como anacrônico. Sua existência enquanto tal bloqueia o bom debate e, sobretudo, a formação de uma nova direção possível (e necessária), sem prejuízo das boas interlocuções que temos com diversos de seus setores e individualidades.

IV. O PT nas eleições

41. O Partido dos Trabalhadores vive, em todo país, um período intenso de mobilização e também de diálogo para composição da política de alianças nas eleições municipais. Fazemos esse debate com a

força de quem governa o país pelo terceiro mandato consecutivo, além de cinco estados e centenas de municípios.

42. A respeito da política de alianças, vem da segunda etapa do 4o Congresso do PT, nossa mais sólida posição: o PT não deverá realizar alianças com o PSDB, o DEM e o PPS. Estes partidos organizam a oposição ao nosso projeto político representado pelos dois governos do presidente Lula e pelo governo da presidenta Dilma.

43. Destacamos três eixos estruturantes do programa municipal do PT: a gestão democrática e participativa, o desenvolvimento sustentável e a promoção da igualdade e da inclusão social.

44. No primeiro eixo, defendemos que uma administração da qual o PT dirija ou faça parte não pode abrir mão das nossas valiosas experiências de democracia participativa, de transparência e de controle social. São exemplos disso o Orçamento Participativo, as conferências temáticas, os congressos da cidade, os fóruns municipais, os conselhos temáticos e de direitos, bem como a relação de diálogo, respeito e valorização com os(as) servidores(as) públicos. Quando colocamos a população no centro das decisões estamos estimulando a consciência política, fortalecendo a cidadania e criando laços de solidariedade dentro de um processo de mudança de qualidade da democracia.

45. No segundo eixo, estabelecemos a necessidade de planejamento do espaço urbano e rural, estimulando as vocações regionais, fortalecendo o conceito e as práticas de economia solidária, da agricultura familiar, das micro e pequenas empresas, bem como o incentivo à adoção das chamadas tecnologias limpas, dentro de um amplo conceito de proteção da biodiversidade e dos recursos naturais renováveis. Aqui abrangemos desde os projetos habitacionais, ao gerenciamento integrado dos resíduos sólidos, até a gestão e controle público sobre os serviços essenciais de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

46. No terceiro eixo, abordamos as dimensões da construção da igualdade e da inclusão social. A defesa da igualdade passa pelo compromisso histórico de nosso partido de erradicar os nefastos efeitos dos séculos de domínio de uma cultura patriarcal, machista, racista e homofóbica. Para tanto, nossos governos têm o dever de garantir os mecanismos necessários para a implantação das políticas públicas que coloquem no devido patamar as dimensões de gênero, raça, etnia, orientação sexual e de geração. Reafirmamos aqui o nosso compromisso de combater todas as formas de preconceito, discriminação e violência.

47. Aqui estão nossas bandeiras históricas de cumprimento dos mínimos constitucionais para a educação e a saúde, de investimentos na rede de educação infantil, de políticas públicas efetivas para a juventude. Também completam este leque, as políticas de geração de emprego e renda, de descentralização da cultura, de valorização do patrimônio histórico cultural dos nossos povos, de inclusão digital no campo e na cidade e da garantia de acessibilidade nos espaços públicos. Fundamental também destacar o compromisso com um projeto de segurança pública cidadã, que tenha em seu cerne a participação das comunidades e o caráter preventivo das políticas em supremacia às ações repressivas.

48. Acreditamos que o conjunto de compromissos aqui proposto nos permitirá construir alianças programáticas, superando práticas tradicionais de mera divisão de espaços. Ao nos apresentarmos com o nosso programa estamos reafirmando o PT como um partido de esquerda, socialista, democrático e mostrando que temos lado e nitidez política.

49. Esta é a nossa oportunidade de evidenciar à população que não pactuamos com amontoados de legendas, mas que construímos aliança de projeto. Um projeto que queremos que seja coletivo, com a participação efetiva da cidadania. É por este conjunto de motivos que temos o orgulho de afirmar que onde o PT governa dá certo.

A DIMENSÃO ANTIRRACISTA NA CONSTRUÇÃO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

1. Contrariando a história oficial, a trajetória dos negros/as no Brasil foi, desde a origem, marcada por incansáveis períodos de luta e intensa participação política. A resistência negra ao regime escravocrata pode ser considerada o primeiro movimento social de destaque na história do país.

1. Ao promovermos a atualização do programa histórico do Partido dos Trabalhadores, apresentamos novas diretrizes que têm como objetivo contribuir para a pavimentação do ascenso das forças de emancipação dos trabalhadores/as e do povo brasileiro.

2. O nosso programa busca aprofundar os compromissos históricos do Partido dos Trabalhadores junto à classe trabalhadora sintetizando nossa identidade socialista e reconhecendo os limites encontrados a partir das experiências de governo na administração central do país.

3. Constituído o cenário de efervescência e tensionamentos entre movimentos sociais e governos, na busca de alternativas políticas, ocorre a necessidade de síntese entre conhecimentos técnico-científicos, econômicos e sociais na disputa por espaços de poder. Uma verdadeira “revolução democrática”, que deve ser construída como orientadora para a transformação social e transição para um estado de participação popular, estabelecendo o protagonismo de parcelas da população historicamente excluída do poder político.

4. A construção de um novo Estado brasileiro visa dar respostas às demandas históricas do nosso povo, aos explorados e oprimidos, reivindicando a implementação de novas bases democráticas para um projeto que avance na superação da exploração capitalista, da opressão das mulheres, da discriminação racial e da predação da natureza.

5. Esse processo revolucionário é comprometido com os valores democráticos, emancipatórios e solidários promovendo ao centro de sua configuração programática a dimensão antirracista presente na

identidade do povo brasileiro, elemento fundamental no processo de construção de uma nova sociedade.

6. A compreensão do racismo, enquanto fenômeno que oprime a população negra, ganhou visibilidade política jamais vista no período republicano brasileiro, e entrou efetivamente na agenda política do Estado. É cada vez maior a admissão oficial de que a realidade brasileira, além das profundas desigualdades sociais e econômicas, é profundamente marcada pela desigualdade racial.

7. Nossa estrutura social guarda na sua complexidade os componentes econômico-social, racial e de gênero, os quais, juntos, ampliam as desigualdades, impõem opressões concretas e promovem exclusões. O racismo é uma realidade estruturante das relações que definem o acesso aos recursos, hierarquizam as relações de poder e condicionam pensamentos, ideias e instituições.

8. O racismo está enraizado no imaginário e na estrutura social, cultural e institucional de nosso país, e dessa forma deve ser compreendido. Mais que uma simples assertiva, o avanço dessa percepção é produto da intensa luta do movimento negro que rompeu o cerco ideológico da chamada “democracia racial” brasileira. Por muito tempo, essa ideologia vigente disseminou a falsa noção da harmonia racial, turvou as consciências, manteve o Estado avesso ao drama da exclusão dos negros e serviu funcionalmente ao processo de exploração capitalista no Brasil.

9. Em quase todos os indicadores econômicos e sociais, observamos a ampliação do abismo social entre negros e brancos com relação a emprego, renda, escolaridade, acesso à justiça e poder. O drama social acomete com maior gravidade a população negra, que habita as favelas e periferias desestruturadas, torna-se presa fácil da criminalidade, assiste seus jovens serem mortos pela violência urbana e nega oportunidades de mobilidade social.

10. O Brasil cresce e se desenvolve, promove políticas sociais, mas a desigualdade étnico-racial se amplia. O racismo demonstra sua plasticidade, reciclando-se e demonstrando sua capacidade de seguir determinando lugares e não-lugares dos negros e negras.

II. O desenvolvimento capitalista e os negros/as no Brasil

11. A compreensão da relação histórica entre o Estado brasileiro e a população negra nos permitirá entender o caráter estruturante que o racismo organiza em nossa sociedade. Transpor para o centro do programa socialista a dimensão do antirracismo nos remete à significativa tarefa de promover o maior processo de reparação social, política e material a que determinado segmento étnico-racial já possa ter sido submetido, na história da humanidade.

12. A formação do Estado brasileiro, após a Independência, foi duramente influenciada pela dimensão patrimonialista e patriarcal herdada da metrópole portuguesa, que permeou significadamente a relação entre o Estado e as classes sociais em formação. Este processo foi acrescido de uma dimensão liberal que implicou em uma dinâmica de afirmação do direito incondicionado de propriedade, utilizado inclusive para legitimar a escravidão.

13. O processo de conformação do sistema colonial foi determinante para o desenvolvimento do capitalismo, em que o comércio era o eixo organizador da relação entre a metrópole e suas colônias. A criação da institucionalidade estatal tinha por objetivo maximizar a apropriação do excedente gerado pela colônia em benefício da metrópole.

14. A adoção de mão de obra negra escravizada tinha como objetivo atender o processo de acumulação primitiva transformando homens e mulheres em meios de produção, marcando significadamente a formação do Estado brasileiro e influenciando culturalmente o processo de desvalorização do trabalho e aprofundamento da diferenciação das classes sociais existentes em nossa sociedade.

15. A constituição de um sistema produtivo escravista foi central na dinâmica de consolidação de um modelo que atendeu as necessidades de produção, em larga escala, de produtos geradores de alta rentabilidade aos mercados internacionais e na constituição de uma lógica de marginalização social e concentração de riqueza, que são compreendidos como uma marca da sociedade brasileira.

16. Não é correta, portanto, a afirmação corrente de que o liberalismo brasileiro do século XIX estava em contradição com o liberalismo dominante no mundo por ser escravocrata. A escravidão foi sempre justificada na primeira geração histórica liberal colonialista, como direito fruto do domínio, e, mesmo quando defendeu o fim da prática da escravidão a partir de meados do século XIX, as correntes dominantes do liberalismo continuaram fortemente racistas.

17. Assim, quando houve a abolição da escravidão no Brasil, como resultado das revoltas e fugas dos escravos e da campanha abolicionista em meio à crise do sistema escravocrata, os negros e os não brancos não conquistaram o direito de ser um cidadão ou cidadã livres. O Partido Republicano Paulista, partido líder das coalizões liberais na Primeira República, reivindicou diante da abolição a indenização dos senhores de escravos pela perda de sua propriedade. A Primeira República no Brasil afirmava as teses racistas do branqueamento, discriminava os negros no mercado de trabalho, através do incentivo à imigração europeia, e mantinha-os sem quaisquer direitos políticos e sociais e submetidos a uma brutal violência.

18. Com a revolução de 1930 e a ascensão do varguismo, prevaleceram a tese e os símbolos da mestiçagem brasileira como fator positivo na constituição da Nação, embora nenhum passo fundamental tenha sido dado em direção a uma verdadeira democracia racial. A maioria dos negros e não brancos, analfabetos, não tiveram direito de voto; sem direito à terra e à educação pública, continuaram a ser os mais explorados nas classes trabalhadoras da cidade e do campo; a mulher negra continuou a ser símbolo da exploração sexual; o padrão policial repressivo do Estado brasileiro não sofreu alterações. É importante a constatação de que, apesar do surgimento de uma primeira consciência da afirmação dos direitos dos negros, os movimentos populares pré-64 não afirmaram os direitos de reparação dos negros e negras no centro de suas reivindicações.

19. Com seu sentido anti-nacional, anti-popular, patriarcal e ecologicamente predatório, o Estado ditatorial pós-64 aprofundou a opressão dos negros no Brasil. Mas foi neste período de resistência democrática que surgiram os novos movimentos negros, muito deles de nítida orientação socialista, que

inscreveram a luta contra o racismo e contra a opressão das mulheres negras nas próprias agendas em formação das classes trabalhadoras.

20. A natureza liberal na base da constituição do Estado brasileiro atual é formada pelos privilégios rentistas, mercantis, tributários, patronais e de propriedade, patriarcais e racistas; formados na ausência ou na mitigação do princípio da soberania popular, em geral avessos aos princípios republicanos mais fundamentais.

21. A luta política a ser travada consiste na acumulação de forças e na coesão entre as classes populares e oprimidas, em sua maioria composta por negras e negros e dirigidas pelos trabalhadores/as, objetivando alterar a natureza do Estado, a partir da constituição de um bloco histórico capaz de promover a mudança do caráter deste mesmo Estado, a partir de novos princípios civilizatórios.

22. A superação dos princípios liberais norteadores do Estado brasileiro contemporâneo proporcionará condições objetivas para a solidificação de uma nova hegemonia, com direção dos/das socialistas democráticos/as, pavimentando um período de transição ao socialismo.

III. Impactos da reestruturação produtiva neoliberal na população negra.

23. A reestruturação econômica e política do Estado brasileiro, no período em que vigorou as reformas neoliberais, precarizou as condições de trabalho, aumentou o desemprego estrutural e intensificou o processo de fragmentação da classe trabalhadora, combatendo suas formas históricas de organização e lutas.

24. Este período também foi agravado pela redução do papel do Estado no atendimento às necessidades de reprodução da força de trabalho e aumento do financiamento da reprodução do capital, assim como a diminuição expressiva dos investimentos em políticas sociais, transferindo ainda mais para os indivíduos, em especial para as mulheres, a responsabilidade sobre os problemas sociais.

25. As reformas neoliberais e sua incidência na formação de uma nova dinâmica cultural produziram um peculiar conceito de liberdade, compreendida como a possibilidade de agir livremente no mercado, seja competindo para maximizar seus ganhos com a venda de produtos e serviços, seja fazendo escolhas relativas ao consumo.

26. Estigmatizados pela herança da escravidão e excluídos do processo salarial competitivo, negras e negros se tornaram as principais vítimas das reformas neoliberais, que intensificaram a naturalização do processo dialético de exclusão e inclusão, aprofundando o preconceito e a discriminação e reforçando o caráter ideológico do sistema punitivo regido pelo código penal brasileiro.

27. A chegada de uma coalizão dirigida pelo PT ao governo central do país significou uma mudança qualitativa na correlação de forças entre as classes sociais. A formação de um bloco democrático, com forte apelo popular, reorganizou uma ofensiva ao projeto neoliberal que naquele período vivenciava uma grave crise estrutural.

28. Com todas as limitações impostas pela correlação de forças adversas no plano internacional, institucional, midiático e econômico, o governo do trabalhadores/as foi capaz de construir mudanças qualitativas no Estado brasileiro, sem, no entanto, alterar sua natureza liberal apoiada em uma correlação de forças ainda favorável às classes dominantes.

29. O processo político desencadeado pelas três vitórias consecutivas do PT nas eleições nacionais possibilitou derrotar democrática e sistematicamente o receituário neoliberal que dominava o Brasil desde o início dos anos 90 do século passado.

30. Uma vez derrotada a perspectiva neoliberal no governo central do país, o Brasil passou a perseguir outra trajetória. Dados recentes reposicionaram o país na 6ª posição do ranking entre os países de maior economia do mundo, com recuperação da importância relativa do rendimento do trabalho, apresentando nos últimos dez anos um número superior a 21 milhões de novos postos de trabalho, assim como melhoria nos padrões salariais mínimos e médios.

31. No período pós-neoliberal a importância dada ao trabalho promoveu a alteração consistente da estrutura social brasileira. A mobilidade social fruto deste processo incluiu um grande contingente de brasileiros/as à classe média, produzindo uma inédita e histórica diminuição da pobreza no país.

32. A alteração na configuração da pirâmide social, resultado das recentes conquistas do trabalho sobre o capital, aponta para o fortalecimento de uma correlação de forças no interior da sociedade, posicionando novos elementos nesta disputa, visando promover a inclusão de uma significativa parcela da população brasileira que sempre esteve à margem na dinâmica do acesso aos bens básicos de civilização, com especial atenção para a população negra.

IV. A dimensão antirracista na construção da revolução democrática

33. A construção de um programa que abarque o conjunto das transformações em curso no Estado e na sociedade brasileira, fruto das vitórias estratégicas do PT no governo federal, corresponde a um forte compromisso com a radicalização da democracia, que denominamos revolução democrática.

34. Ao constituir o bloco histórico composto por forças populares encabeçadas pela classe trabalhadora, este processo visa imprimir uma derrota ao capitalismo e uma transição para o socialismo.

35. Concebemos bloco histórico como um processo de formação da vontade coletiva, unificador dos trabalhadores/as e dos setores sociais aliados em torno das lutas fundamentais da classe. Um processo de unicidade de fins econômicos e políticos, com a unidade intelectual e moral que é possível com a formação de uma política de alianças.

36. A constituição do bloco ou a construção dessa vontade coletiva se dá em decorrência de um processo complexo de relações políticas que se estabelecem entre as frações das classes dominadas. Dessa maneira, a classe trabalhadora tem maiores condições potenciais de exercer a direção política.

37. Partindo desse pressuposto, compreendemos o início de um novo período no Brasil, marcado pelos esforços de construção da hegemonia dos socialistas democráticos, tendo o PT como principal representante da classe trabalhadora.

38. Ao ser fundado em 1980, o Partido dos Trabalhadores teve sua origem no novo sindicalismo, nos movimentos populares urbanos, em parte da intelectualidade nacional, na ala progressista da igreja católica como também por organizações marxistas. Assim, a construção do PT representou uma ruptura com os padrões tradicionais da organização partidária no Brasil.

39. Concomitante à grande efervescência política que culminou na criação do PT, a reorganização do movimento negro brasileiro representou a retomada dos processos políticos pelos movimentos de base na sociedade, objetivando a luta contra a discriminação racial, a busca pela emancipação política, econômica e cultural dos negros/as.

40. Nesse contexto, o movimento negro e o PT emergiram como forças políticas identificadas com as classes e grupos dominados. O movimento negro preocupado em desvelar o mito da democracia racial e enfatizar a condição oprimida e explorada do negro na sociedade brasileira; o PT em promover a participação política da classe trabalhadora, apresentando-se na arena política como um veículo de expressão dos interesses dessa classe e de todos os excluídos da política.

41. Desde os anos 80, e mais efetivamente a partir dos anos 90, sindicatos e partidos são progressivamente influenciados pelo Movimento Negro, confiante na possibilidade de melhorar as condições de vida da população negra, sobretudo no mundo do trabalho e na política. Pelas ações desempenhadas e o compromisso de luta firmado, merecem destaque especial os grupos de mulheres negras que, conscientes de seu papel na história, procuraram desmascarar situações de opressão e de exclusão associadas às desigualdades de gênero e raça.

42. A militância negra contribuiu na construção do PT como uma expressão partidária de seus interesses políticos gerais e específicos; o fez em razão de identificar-se com o projeto político de um partido de trabalhadores/as e pelo que ele representava em termos de contestação à ordem e de ruptura com a tradição política brasileira.

43. Ao propormos a atualização do programa histórico do PT, apresentamos como novidade a síntese, em uma mesma lógica programática, das dimensões anti-imperialistas, classistas, populares, laicas e anti-patriarcais em um quadro mutuamente configurado pela revolução democrática. A luta por uma sexualidade livre, por sua vez, não se limita à reivindicação conjuntural organizada no combate a homofobia. O feminismo, assim como o antirracismo, deixam de ser tratados à margem e são inseridos no centro do programa revolucionário.

44. A revolução democrática, a partir de sua dimensão antirracista reconhece e reivindica os valores comunitaristas, tão presentes na cultura negra, e que compõem o mosaico identitário da população brasileira, assim como a riqueza advinda da contribuição dos povos africanos no processo de formação dos elementos simbólicos que constitui a nossa sociedade, como a nossa cultura, nossa língua, os costumes, o apreço pela liberdade e a coletivização das relações humanas.

45. Ocorre hoje um expressivo movimento de luta pela criação e ampliação de direitos, embasados pelas teorias democráticas do Direito, fortalecendo as pautas dos direitos humanos, dos direitos coletivos, direitos feministas e multiculturais, criando formas de articulação entre a luta dos movimentos sociais e a institucionalidade. Este processo permite a passagem de políticas de governo ou conquistas do movimento social para a dimensão do Estado, através da sua constitucionalização, possibilitando a reposição de direitos históricos de reparação no campo das relações antirracistas e anti-patriarcais, além de estabelecer o paradigma da prioridade do interesse público no campo das relações entre capital e trabalho.

V. Políticas públicas e o combate a desigualdade racial

46. Com a redemocratização, a questão racial retoma ao debate público, a partir das discussões sobre os mecanismos por meio dos quais a discriminação racial opera na sociedade brasileira. Novas formas de discriminação são apresentadas pelos movimentos sociais e pela militância inserida na academia, sobre modalidades discriminatórias até então não sistematizadas.

47. Observou-se que a discriminação racial também pode ser resultante de mecanismos discriminatórios que operam, até certo ponto, à revelia dos indivíduos. A essa modalidade de discriminação convencionou-se chamar de racismo institucional.

48. A grande inovação que este conceito traz refere-se à separação das manifestações individuais e conscientes que marcam o racismo e a discriminação racial, tal qual conhecido e combatido por lei, e o racismo institucional, que atua no nível das instituições sociais. Esse último não se expressa por atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação, mas atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes grupos raciais.

49. Esses mecanismos de discriminação racial não apenas influenciam na distribuição de lugares e oportunidades. Reforçados pela própria composição racial da pobreza, eles atuam naturalizando a desigualdade social desse país. Ou seja, o racismo, o preconceito e a discriminação operam sobre a naturalização da pobreza, ao mesmo tempo em que a pobreza opera sobre a naturalização do racismo, exercendo uma importante influência no que tange à situação dos negros/as no Brasil.

50. Na última década, no que diz respeito ao tratamento da temática racial, têm ocorrido no Brasil mudanças significativas que estão produzindo um intenso debate na sociedade em geral, e no meio acadêmico em particular, acerca da pertinência da adoção de políticas de ações afirmativas.

51. O governo Lula marca uma mudança profunda não só na condução das políticas com perspectiva étnico-racial, mas também na relação do Movimento Negro com o Estado. Até então, essa relação era fundamentalmente de exterioridade, com os atores na condição de demandantes e com pouca inserção no aparato governamental. Essa relação se transforma, e o movimento negro passa a ser um ator

envolvido na formulação de políticas, ocupando cargos e como representante da sociedade civil nos espaços de controle social instituídos pelos governos.

52. A criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), nos primeiros meses de mandato do presidente Lula, sem margem de dúvida, é a principal inflexão política e institucional no tratamento da temática racial pelo Estado brasileiro na história republicana.

53. A política escravocrata sustentada pelo Estado constitui-se em umas das principais instituições brasileiras por um período superior a três séculos, deixando marcas profundas na composição étnica, política e social do país. A formulação de uma política externa brasileira para os países africanos tem entre seus elementos constitutivos o papel desempenhado pelos fatores étnico-raciais e culturais na formação da sociedade brasileira.

54. Ações de estreitamento na relação com países do continente africano, sejam econômica, humanitária ou na transferência de tecnologias sociais e intercâmbio constituiu para o governo Lula e agora o governo Dilma uma política de afirmação da relação histórica e moral entre os Estados.

55. O Brasil está passando por transformações importantes que, de certa forma, têm reformulado as agendas das políticas públicas com o objetivo de combater as desigualdades em geral, como das desigualdades raciais em particular. Tais transformações estão associadas a mudanças de caráter estrutural, assim como às formas de enfrentamento das desigualdades via políticas de inclusão social.

VI. Desafios a serem superados pela revolução democrática

56. Ainda que pesem as substanciais alterações na realidade brasileira após o ascenso dos socialistas democráticos à direção central do país, a população negra ainda se encontra em níveis alarmantes de vulnerabilidade e de invisibilidade nos espaços de poder.

57. Cerca de 50 mil brasileiros são assassinados por ano. Contudo, essa violência se distribuiu de forma desigual: as vítimas são, sobretudo, os jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos. O Índice de Homicídio na Adolescência (IHA) evidencia que a probabilidade de ser vítima de homicídio é mais do dobro para os negros em comparação com os brancos.

58. As mulheres negras são as que mais morrem nos partos e nos abortos mal sucedidos, realizados de maneira precária. O risco de morte de uma grávida negra cuja gestação terminou em aborto é 2,5 vezes maior do que o de grávidas brancas. Assim, as mulheres pobres e particularmente aquelas que são negras estão entre as principais prejudicadas pela ilegalidade do aborto no país.

59. A mercantilização do corpo e da vida das mulheres se estrutura em diversas formas e um dos principais temas defendidos pelos capitalistas e seus operadores é a perversa legalização profissional da prostituição. Sabemos que as mulheres negras são as que mais vivem essa realidade, já que são elas as mais atingidas pela pobreza e a violência em suas várias formas de manifestação, se colocando nesta

situação pela condição imposta pelo sistema capitalista e patriarcal que se apropria desses corpos e dessas vidas.

60. A descriminalização e legalização da prática do aborto são eixos estruturantes no combate ao racismo, do machismo e na luta pela emancipação das mulheres negras, compreendendo que não são as negras as únicas a serem afetadas por essa problemática, contudo são as que mais padecem dos limites impostos pelo machismo.

61. A juventude negra é herdeira do processo histórico iniciado com a chegada dos africanos/as escravizados/as no país, nossa juventude é criadora de espaços de resistência e organização política com o objetivo de construir uma articulação que permita uma maior acumulação de forças e enfrentamento aos desafios postos pelo racismo e pelo capitalismo.

62. Os desafios enfrentados pela juventude negra são de diversas ordens, desde a falta de oportunidade, seja na educação e/ou formação profissional, ocupando deste modo os mais precários postos de trabalho, assim como se tornando a maior parcela entre os desempregados de nosso país; estando também entre aqueles/as que menos acessam as políticas públicas de saúde, assim como sofrem um alarmante processo de extermínio generalizado causado em grande parte pelas forças de segurança do Estado, que compreende a juventude negra como sendo formada por criminosos em potencial.

63. Os negros continuam ganhando cerca da metade da remuneração dos brancos nas principais regiões metropolitanas do país. O desemprego atinge negros e negras de forma mais acentuada e durante maior tempo. E o aumento relativo da escolaridade média nos últimos anos não tem alterado este quadro, que se apresenta de forma ainda mais dramática para as mulheres negras.

64. Atualmente os territórios remanescentes de quilombos estão presentes no debate sobre a questão da terra e especificamente sobre a Reforma Agrária, respondendo a um processo de luta política, de conquistas e reivindicações do movimento negro.

65. Esses grupos apresentam a existência de uma identidade social étnica compartilhada, como também a ocupação secular de seus territórios, de suas práticas de resistência na preservação e reprodução de seus modos de vida.

66. Ainda que pesem os direitos constitucionais a que os quilombolas detêm, estes direitos vêm sendo sistematicamente atacados pelos setores conservadores de nossa sociedade a fim de promover a expulsão dos moradores e a utilização para fins de acumulação de capital destes territórios.

67. Se torna um importante desafio garantir o princípio constitucional da laicidade do Estado brasileiro, devendo a educação religiosa ficar a cargo dos templos religiosos e das famílias, de acordo com suas próprias convicções.

68. Para o aprofundamento democrático do Estado e a superação do seu caráter liberal-conservador, é fundamental a criação de marcos regulatórios para comunicação social que garantam a regulamentação dos artigos da constituição que tratam da proibição de monopólio e oligopólio da comunicação, da

liberdade de expressão , da garantia de um conteúdo de rádio e TV que contemple a diversidade étnico/racial e cultural do povo brasileiro e de um processo de concessão que garanta o caráter republicano, laico e democrático do Estado brasileiro.

69. Outro ponto importante é o fortalecimento institucional do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), promovendo o aumento orçamentário e destinando recursos específicos para ações relativas às populações negras e comunidades tradicionais.

70. A partir da crítica à exploração do modo de produção capitalista surge à perspectiva de um novo modelo que visa criar alternativas às desigualdades provocadas pelo modelo hegemônico. Seus princípios básicos são a propriedade coletiva, associada ou cooperativa dos meios de produção e o direito à liberdade individual.

71. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores/as que são possuidores/as de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

72. Apresenta-se como tarefa a ser desenvolvida pela revolução democrática o fortalecimento do etnodesenvolvimento como uma diretriz a ser plenamente incorporada no conjunto das políticas públicas do Estado brasileiro.

73. O etnodesenvolvimento se coloca em oposição ao modelo hegemônico de desenvolvimento priorizando a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas; reconhece a perspectiva dos povos tradicionais com centralidade nas comunidades quilombolas e indígenas, na busca da resolução de seus problemas e satisfação de suas necessidades; nessa busca, valoriza e utiliza conhecimento, tecnologia, tradição e recursos locais, assim como a garantia de uma relação equilibrada com o meio ambiente.

74. O fortalecimento da participação do negro/a na política institucional aumentou a pressão sobre a estrutura do Estado, com a criação de conselhos e apoio a entidades responsáveis pelas demandas raciais. Contudo a participação dos negros/as nos espaços institucionais públicos segue a mesma lógica observada nos demais setores da sociedade, no mercado de trabalho, no acesso à educação superior, onde as estatísticas demonstram que ainda somos minoritários e mesmo quando ocupamos cargos de direção, não estamos livres do preconceito e do estigma da cor.

75. A população negra da América latina está estimada em mais de 150 milhões de pessoas, cuja grande maioria se concentra no Brasil, Colômbia e na Venezuela.

76. Embora a cultura negra, pautada por sua origem ética e estética, esteja presente no cotidiano civilizatório de muitos países da América Latina, observamos que são poucos os esforços para o reconhecimento e resgate dos processos civilizatórios destes povos como contribuição para construção contemporânea de sociedade. Evidenciando assim que todos os fatos e narrativas históricas partem do contexto de ideologias eurocêntricas que hegemonomizam o mundo e os espaços acadêmicos.

77. O 4o Congresso do Partido dos Trabalhadores aprovou uma política de paridade para mulheres na composição das direções, delegações, comissões e cargos com funções específicas de secretarias assim como também de proporcionalidade para jovens e negras/os.

78. Este significativo avanço posiciona o PT como o mais democrático partido político de nosso país ao promover dentro de sua estrutura interna a implementação das demandas históricas de representação nos espaços de direção feitas pelas mulheres, jovens e os negros/as do partido.

79. Nosso grande desafio será transpor para a dinâmica de reestruturação política estes mesmos avanços a fim de garantir uma representação equânime de mulheres, jovens e negros/as nos espaços de direção política do país.

VII. Retomar o caráter revolucionário do Partido dos Trabalhadores

80. A tensão resultante das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as estratificadas relações sociais de produção organizam os elementos de ordem objetiva para o surgimento de um período revolucionário.

81. Esta compreensão nos apresenta a importante tarefa de construirmos condições subjetivas que permitam aos trabalhadores/as a transição de uma consciência econômico-corporativa para uma consciência de classe e conseqüentemente uma consciência revolucionária

82. O processo de autoconsciência histórica dos trabalhadores/as permite a criação de uma dinâmica organizativa resultante da vontade coletiva, aglutinadora das diferentes demandas e anseios da classe trabalhadora, a qual a partir de análises acerca das necessidades históricas e concretas dos trabalhadores/as, este processo resulta na formulação do programa, da estratégia e da tática, norteadores da ação política desta organização.

83. O caráter revolucionário do partido traduz para a ação política as necessidades históricas da classe trabalhadora que se fortalece a partir de trabalhos educativo-culturais direcionados para a elevação da consciência política dos trabalhadores/as, no que diz respeito à elaboração de sua identidade de classe, ao desenvolver atividades educativo-culturais de caráter formativo, nas quais os/as trabalhadores/as possam ao enfrentar às contradições postas por sua inserção no mundo produtivo, elaborar uma nova concepção de mundo.

84. O trabalho de formação política promovido pelo Partido deverá favorecer a discussão livre e exaustiva de todos os problemas que afligem os trabalhadores/as, de modo a contribuir para o amadurecimento das convicções necessárias à ação revolucionária.

85. Conceituamos formação política como uma ação pedagógica, que desenvolvida no interior dos instrumentos de luta da classe trabalhadora, se volta para o desenvolvimento de um grau de consciência para além da contingência fenomênica da realidade empírica, que favorece a compreensão das determinações fundamentais da realidade social.

86. Resultado da luta de classes no interior da sociedade brasileira, o Partido dos Trabalhadores se apresenta como o principal instrumento de representação da classe trabalhadora em nosso país. Seja na cidade ou no campo, este elemento é fundamental no processo de superação do capital e das transformações sociais que tanto demandamos.

87. Cabe aos socialistas democráticos a tarefa de retomar e aprofundar o caráter revolucionário do partido buscando ampliar sua capacidade de politização e direção das massas, mediante a ação política voltada para a formação da consciência de classe entre os trabalhadores/as. Para tanto, este processo deve vir acompanhado de uma dinâmica formativa que dialogue com o processo histórico de construção desta mesma classe trabalhadora.

88. O combate ao racismo e a luta pela promoção da igualdade racial deve vir acompanhada de uma perspectiva mais ampla da compreensão da luta social e dos esforços a serem empregados na construção de uma hegemonia alternativa.

89. A busca pela superação do paradigma do racismo e pela conquista da cidadania efetiva da população negra passa pela dinâmica de organização e ampliação das articulações que objetivam, no combate ao racismo, à superação do sistema capitalista.

90. Como socialistas democráticos, propomos uma alternativa de civilização ao capitalismo, a ser construída democraticamente com o povo brasileiro, que esteja à altura de sua dignidade e de sua esperança, que promova a liberdade para todos, a soberania popular em regime de pluralismo, que universalize a condição plena e em igualdade dos cidadãos e das cidadãs, que seja multi-étnica, que seja solidária com todos os povos oprimidos do mundo, que saiba construir novos modos de organizar a vida social para além da mercantilização do capital, da exploração social e da predação da natureza.

VITÓRIA COM MUITAS LIÇÕES A TIRAR. ESBOÇO DE UMA AVALIAÇÃO DE CONJUNTURA

1. Mais que um balanço eleitoral, devemos buscar realizar uma avaliação da conjuntura nacional pós-eleições municipais. Mas, uma avaliação de conjuntura deve conter um balanço eleitoral, porque este é um indicador da correlação política de forças e sinal de sua dinâmica.

2. Além do balanço eleitoral, deve compor uma visão da conjuntura uma avaliação da situação brasileira no contexto da crise internacional do neoliberalismo. Nesse sentido, devemos incluir a consideração de que nosso Governo avançou na construção de uma alternativa de desenvolvimento com a redução dos juros (e do poder do capital financeiro), com maior adequação do câmbio à política industrial e proteção frente à ação especulativa internacional, resultando em manutenção do nível de emprego e relativa elevação dos salários - o que continua a ser uma grande e crescente diferença face às economias

asfixiadas pelo neoliberalismo. Também é preciso destacar a força das políticas sociais que se consolidam e mesmo se ampliam.

3. Há ainda que registrar, para posterior integração na análise, o resultado das eleições presidenciais nos EUA, com a vitória de Obama e derrota da ultradireita liberal, em meio às incertezas econômicas que ali se desenrolam; que estão em curso novos dramas sociais do desemprego e do mal-estar social em que se converteu a Europa; e um processo de definição de políticas na Ásia, sobretudo na China.

4. Nossas eleições produziram uma grande vitória do PT: São Paulo. Ela foi seguida de outras importantes conquistas de capitais: Rio Branco, João Pessoa e Goiânia. E de cidades de grande porte, dentre as quais se destacam a 2ª maior cidade mineira, Uberlândia; a 2ª maior de São Paulo, Guarulhos, além de grandes cidades-pólos do estado, como São José dos Campos, Santo André, São Bernardo do Campo, Mauá e Osasco; a 2ª mais importante do Rio, Niterói; a 3ª maior da Bahia, Vitória da Conquista. E de tantas outras que são pólos regionais. Ressalta ainda o fato de o PT ser o partido mais votado no comparativo dos candidatos majoritários, além de sua presença em segundos turnos e sua ampla irradiação nacional em cidades de médio e pequeno porte.

5. Tudo isso configura pujança petista, mas não deve relativizar derrotas profundamente sentidas: Fortaleza, Recife, Vitória, Porto Velho, Diadema, Contagem e tantas cidades que floresceram com o modo petista de governar. E tantas não-conquistas: Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Cuiabá, Campinas e muitas outras. Perdemos os segundos turnos de MG (Juiz de Fora, Montes Claros, a já citada Contagem), do PR (Maringá, Ponta Grossa e Cascavel), do RS (Pelotas).

6. Cada vitória, cada derrota, tem uma história particular, que deve ser cuidadosamente avaliada e apreendida.

7. Pela importância nacional devemos, ao menos, mencionar algumas características das disputas nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza e Recife.

8. Em São Paulo foi onde se apresentou com mais clareza o confronto programático entre os dois pólos (PT x PSDB) que hegemonizaram a disputa nacional de rumos desde 1994. A vitória do PT e a derrota do PSDB evidenciam a supremacia da alternativa democrático-popular e parece confirmar a avaliação, que vimos fazendo de forma mais clara desde a vitória de Dilma em 2010, de que abre-se um novo período de disputa de rumos no Brasil. Nesta nova situação, na qual o neoliberalismo foi derrotado, está em questão a capacidade do socialismo democrático petista hegemonizar uma nova etapa de construção nacional.

9. A derrota em BH traz um saldo positivo evidente, que é o desatrelamento do PT da frente que compunha, de fato, com o PSDB. A disputa renhida do 2º turno com o PSB/PSDB mostrou a força do PT e de um bloco popular que deve se organizar para disputar o governo de MG.

10. Em Fortaleza, o PT perdeu em um 2º turno apertado para uma frente organizada pelo PSB, cuja fração é controlada pela família Ferreira Gomes e que é chamada pelo PT do Ceará de oligarquia modernizada. Essa frente foi integrada no 2º turno pelo PCdoB e pela direita policialesca de Moroni

Torgan (Dem). Em Fortaleza desenrolou-se uma campanha do PT unificado, de caráter militante e de massas, com centenas de comícios, culminando com a maior manifestação de toda a campanha nacional, com os 50 mil na praça em torno a Lula, Luizianne e Elmano. Foi uma campanha que pode antecipar disputas de hegemonia do socialismo democrático nessa nova etapa. Por isso mesmo, a continuidade e atualização da construção programática e unitária ali desenvolvida é uma prioridade nacional. É preciso destacar ainda dois aspectos. A ruptura da frente que havia com PSB deu-se exclusivamente por iniciativa deste. E, não menos importante, acontecimentos na eleição e nos dias que a precederam permitem questionar sua legitimidade e legalidade.

11. A derrota de Recife reflete, em primeiro lugar, a derrota da democracia interna do PT na definição de sua candidatura. Uma maioria nacional decidiu indicar o candidato e suprimiu o direito da base, dividiu o partido, desmoralizou os 4 anos de administração petista. O PSB, através dessa outra forma parecida a uma oligarquia moderna, a que é a dirigida por Eduardo Campos, aproveitou-se do auto-enfraquecimento do PT para impor-nos a derrota. O PT terminou perdendo inclusive para o PSDB, até então uma força secundária. A reconstrução do PT, da sua direção e do seu projeto está colocada como primeira tarefa.

12. A disputa municipal evidencia elementos gerais que, associados com avaliações anteriores que vimos fazendo desde a eleição da Presidenta Dilma, devemos nos esforçar para compreender, ainda que preliminarmente. Para lembrar, nossas avaliações anteriores apontavam para a abertura de um novo quadro de disputa nacional de rumos a partir de vitórias estratégicas do PT face ao neoliberalismo, no âmbito nacional, combinadas com a crise internacional do neoliberalismo.

13. Esse quadro parece evoluir, por um lado, de forma esperada: o enfraquecimento do pólo neoliberal, o PSDB. Além disso, toda a agenda da disputa municipal foi dominada por, de forma coloquial, uma espécie de campeonato de quem apresentava o programa mais favorável aos pobres, com intensa presença de políticas públicas, isto é, por uma agenda anti-neoliberal.

14. Por outro lado, evolui de forma não esperada (mas não totalmente surpreendente): a dispersão relativa de um campo de alianças aparentemente mais à esquerda. Ela é relativa porque em SP (capital), onde se deu a disputa programática mais concentrada, esses setores se reuniram em torno do PT, mas com a inconveniente presença do PP de Paulo Maluf, enquanto em Fortaleza, Recife e BH se uniram contra o PT.

15. Também não deve ser desprezível apontar o relativo sucesso do PSOL em cidades importantes, mas deve-se registrar que onde ganhou, em Macapá, contou com o apoio do Dem. Em Belém, onde foi ao 2º turno, de fato, portou-se como força próxima ao PT e ao Governo Dilma. Nota curiosa, mas que mostra a grande disparidade de posicionamento no seu interior, foi a defesa do voto em Serra feita por Plínio Sampaio.

16. Talvez a questão mais decisiva desse novo quadro, que em diversos aspectos estratégicos aponta para o fortalecimento da esquerda latu sensu, seja a interrogação de porque o PT não cresceu mais, não conquistou mais cidades e não consolidou-se mais como partido líder de uma coalizão à esquerda em torno de um projeto de revolução democrática no Brasil.

17. Essa colocação em nada diminui a vitória alcançada mas permite vislumbrar uma certa pressão pela "normalização", "enquadramento" e redução política e ideológica que parece recair, de novo, sobre o PT. Ela também permite nos questionar sobre como se revertem para a hegemonia do socialismo democrático os grandes feitos (e os grandes limites) de governo, tanto no nível federal, quanto nos estados. E ainda, mas não menos importante, os estragos de identidade e de abertura de flancos para o ataque da direita, do que chamamos de "crise de 2005" e que a mídia conservadora chama de "mensalão".

18. Nessa linha de raciocínio, algumas observações que concretizam decorrências dos problemas apontados nos itens logo acima são necessárias:

19. - como avançar mudanças estruturais na democratização real da economia e da sociedade, que integre superação da pobreza, com elevação de direitos, reformas tributárias, agrária, das relações de trabalho e com efetiva democracia participativa (um dos traços que devem distinguir o PT é o seu posicionamento, para além de benefactor, como defensor da construção de sujeitos sociais da revolução democrática);

20. - a necessidade de uma nova onda de democratização política no Brasil, com a reforma política e o enfrentamento do oligopólio dos meios de comunicação. Um partido de esquerda cresce não só pela sua própria acumulação de forças mas pela efetiva democratização do poder que conquistar no Estado e na sociedade (apud Engels na introdução ao texto de Marx sobre a luta de classes na França);

21. - a necessidade de prosseguir a reconstrução de uma identidade socialista democrática do PT, cujo último passo decisivo foi o 4o congresso-estatutário. Nesse sentido, a colocação em prática do novo estatuto é um dos objetivos mais decisivos que temos pela frente. Se avançamos na configuração organizativa interna do partido que queremos, devemos agora avançar no projeto para o Brasil que queremos. Devemos pensar no 5o Congresso do PT voltado para o programa para o Brasil, com delegados que seriam escolhidos no próximo PED.

22. Essas iniciativas são essenciais para reconstruir uma política de alianças de esquerda no Brasil. Sem uma forte identidade de esquerda do PT é impensável resolver esse problema. Ao mesmo tempo, uma política de alianças realista deverá ser subordinada aos passos que conseguirmos dar nas definições do PT para um programa para o Brasil.

23. O avanço dessa linha de construção do PT, que vimos expressando desde a VII Conferência da DS - a reconstrução socialista e democrática do PT - requer também a continuidade da resposta coletiva-partidária à crise de 2005 e aos seus efeitos. Uma resposta coletiva-partidária significa hoje buscar coerência com quatro momentos fundamentais em que o PT se posicionou frente a essa crise: o PED de 2005, quando a militância defendeu o partido dos ataques da direita e, simultaneamente, democratizou os métodos de direção e mudou a direção partidária; o 13o Encontro Nacional, em 2006, que criticou tanto a importação para dentro do PT dos métodos conservadores de disputa eleitoral como o rebaixamento programático e adaptação institucional; o 3o Congresso, em 2007, que adotou o Código de Ética e reforçou a concepção do socialismo democrático (em continuidade ao 7o Encontro Nacional);

o 4o Congresso-estatutário, em 2011, que definiu o novo estatuto em coerência com as tradições democráticas e socialistas do PT.

24. A resposta atual deve combinar o repúdio aos ataques da direita, a defesa do PT e, ao mesmo tempo, avanço da construção programática e organizativa no sentido do socialismo democrático. Nesse sentido, repudiamos o julgamento na forma em que vem se dando, onde se combina ação conservadora jurídica e ação conservadora eleitoral, política e ideológica da mídia e dos partidos da direita. Por isso mesmo, ele se configurou muito além de um julgamento com réus individualizados e converteu-se em ataque a todo o partido. De outro lado, uma resposta partidária não deve restringir-se a essa denúncia gravíssima mas também reafirmar e fortalecer o novo curso do PT desde o PED de 2005.

O PT, A DS E O DIREITO DE TENDÊNCIA

I. Primeiros anos

1. Desde sua fundação, o PT desenvolveu práticas e experiências inéditas na história político-partidária brasileira. Uma das mais significativas foi assumir desde a origem o direito de tendência interna, ou seja, o direito de se formarem, em seu interior, correntes de opinião que assumam iniciativas do debate e ajudem a sistematizar as posições programáticas e as diferenças táticas ou de temas específicos sobre as quais o Partido precisa decidir e praticar.

2. A singularidade reside no fato de não ser uma tradição ou uma prática histórica dos partidos do campo popular e socialista. Ao menos, ao longo do século XX, tanto os partidos socialistas e os partidos comunistas tiveram suas estruturas orgânicas marcadas por direções centralizadas, verticalizadas e coesas. No caso dos PCs, direções “monolíticas”. A leitura desses partidos da “teoria leninista de organização” sempre foi enraizada na compreensão de um “centralismo democrático” que defendia a maior democracia possível no debate e a maior unidade na ação. Para isso, as direções deveriam ser unitárias, com comando único para garantir que na prática política o Partido tivesse coesão e unidade sob uma rígida direção na condução partidária.

3. Os duros confrontos em sociedades pouco democráticas, os períodos de repressão ou de clandestinidade e, principalmente, o predomínio do stalinismo na experiência soviética levaram a que a “teoria leninista” e o “centralismo democrático” fossem cada vez mais compreendidos como direção monolítica, coesa e verticalizada e cada vez menos garantisse a democracia nas decisões da base. Aos poucos, o Partido foi sendo substituído pelo “Comitê Central” e, em seguida, este foi substituído pelo “Secretário-geral”.

4. A dureza da “luta de classes” e fases de clandestinidade, de guerras ou de grande repressão consolidaram a tese de uma direção forte, todo-poderosa, legalizada em longínquos congressos ou modificada por cooptações identificadas com a mesma direção predominante. Esta foi a leitura

dominante sobre a “teoria leninista de organização” e o “centralismo democrático” nos PCs brasileiros e suas várias dissidências dos anos 60.

5. O PT nasceu com uma forte influência crítica e muita desconfiança em relação aos partidos de esquerda tradicionais no Brasil. Os vários grupos e correntes da esquerda dos anos 60 e 70, em sua maioria dissidências do PCB e do PCdoB, que viveram experiências variadas, mas críticas ao stalinismo, influíram bastante na formação orgânica do PT no sentido do pluralismo. Além disso, a heterogeneidade das forças que deram origem ao PT (sindicalistas, movimentos de Igreja, estudantes, intelectuais, além dos vários grupos de esquerda que vinham da resistência democrática) tornavam a ideia do partido plural e tolerante uma questão natural, uma necessidade diante de um realidade tão diversificada, mas com um forte instinto classista que constituía o Movimento pró-PT.

6. Mesmo assim, a experiência orgânica partidária da maioria era pequena e nos primeiros anos esse debate foi bastante difícil no Partido. O princípio do direito de tendência, de diversas correntes de expressão e de experiências anteriores, era bem aceito por todos, mas prevalecia apenas nas instâncias dos Diretórios. Nas direções Executivas, a tendência majoritária assumia, sozinha, toda a composição dos cargos mais relevantes. Depois de muitos anos de disputa e cobrança à maioria, de respeito à pluralidade e à proporcionalidade, a corrente majoritária passou a exercer uma política de cooptação de alguns quadros dirigentes de outras correntes existentes para incluí-los nas Executivas, mas, sem respeitar as votações proporcionais nos Encontros.

7. Somente em 1990 e, em seguida, no I Congresso do PT (1991), é que houve a ratificação do princípio do direito de tendência e a garantia e o respeito à proporcionalidade da democracia interna, em todas as instâncias e órgãos do Partido, inclusive, nas direções Executivas.

II. O Estatuto do PT

8. No título IX do Estatuto do PT está o regramento sobre o direito de tendência no Partido. Na última reforma estatutária este capítulo, praticamente, não sofreu alterações. Não houve proposta de mudança nesta questão que além de ser uma das características singulares do Partido é, também, uma de suas maiores virtudes. Durante essas três décadas, foi o principal instrumento responsável pela manutenção da unidade partidária. Para o Partido, não haver questionamento sobre esse que é um dos princípios fundantes do PT, foi relevante e simbólico. Demonstra uma sólida confiança do conjunto partidário nesse critério estruturante.

9. Pelo Estatuto, as tendências são agrupamentos de filiados para defender posições comuns ou de debate sobre temas que o Partido ainda não assumiu em seu programa. As correntes podem ser de âmbito municipal, estadual e nacional, mas pelos processos de eleição direta (PEDs) tendem a ser correntes nacionais e com organicidade. Não podem ser frações públicas que expressem posições próprias fora do Partido ou de posições que foram derrotadas e são publicizadas ou não expressam o Partido como um todo. As experiências da Convergência Socialista e da Causa Operária foram

ilustradoras desse comportamento e ao saírem do PT, deram origem ao PSTU e ao PCO. Mais recentemente, tivemos o caso de pequenas correntes que saíram do Partido para dar origem ao PSOL.

10. No PT, o direito de tendência permite, inclusive, a elaboração coletiva de boletins e informativos e o recolhimento de fundos para manutenção dessas atividades, desde que não entrem em conflito com as finanças e os critérios de arrecadação do próprio PT.

11. O Estatuto subordina a existência de contatos e relações internacionais, bem como de sedes e locais próprios das tendências ao conhecimento e autorização do Diretório Nacional.

12. O direito de tendência e o respeito à proporcionalidade alcançados nos processos congressuais e de eleição direta de todos os dirigentes partidários garantem ao PT a identidade de ser o partido mais democrático do país.

13. As tendências são, portanto, um poderoso instrumento de iniciativa e debate, de construção da democracia interna e não se confundem com coletivos de mandatos ou pequenos grupos em torno de interesses meramente eleitorais ou de ocupação de espaços e cargos. Estes, do nosso ponto de vista, não devem ser estimulados. Ao contrário, o funcionamento das instâncias partidárias, das setoriais, dos núcleos, de forma viva e permanente é que devem ser incentivados.

14. Com essas definições e limites o Estatuto partidário garante o direito às tendências internas para atuarem na iniciativa do debate político e na organização dos filiados em torno dessas proposições e projetos para o Partido, sem que isso adquira um caráter público e aberto antes que o Partido tenha assumido, através de seus mecanismos de decisão, como posição do conjunto partidário.

15. Essa forma de organização tem se revelado positiva e inédita no campo da esquerda no Brasil. Internacionalmente, a ausência de um instrumento como esse de direito de tendência e proporcionalidade nas direções em todos os níveis tem dificultado o surgimento de grandes partidos de massa, em vários países onde as condições objetivas e sociais seriam favoráveis para isso.

16. O mais comum é a ocorrência de “dissidências” ou “rachas” que se sucedem pela incapacidade de absorção da pluralidade, da diversidade, na construção coletiva de sínteses políticas, de um amadurecimento e de uma consolidação programática. São sucessivos “rachas” que criam um espírito de seita, de sectarismo, que se realimenta com uma “pureza” de princípios e programas incapazes de agir e alterar a realidade. Esses grupos vivem mais da “crítica” e da “fiscalização programática” dos outros do que do acerto e dos resultados de sua própria experiência.

17. O direito de tendência, de proporcionalidade, de construção de posições na pluralidade e diversidade de um campo ideológico comum nos torna mais maduros, mais tolerantes, mais abertos ao diálogo e ao contraditório, elementos fundantes de um processo de construção democrática.

III. A Democracia Socialista

18. Somos uma tendência interna do PT desde seu nascimento. Nessa época, reuníamos um grupo de militantes socialistas que mantinham um periódico alternativo organizado em 77/78 – o jornal EM TEMPO - que fazia a resistência ao regime militar sob o ponto de vista dos socialistas.

19. Reivindicávamo-nos da herança dos grupos que no Brasil, ainda nos anos 60, faziam a crítica ao populismo e ao stalinismo, predominantes nos partidos populares (PTB) e da esquerda tradicional (PCs) no país. Em particular, a contribuição da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-PO), do Partido Operário Comunista (POC) e da influência do pensamento trotskysta via obra de Ernest Mandel. Essa herança política residia, de maneira geral, na crítica à concepção predominante na esquerda brasileira que interpretava o país dentro de uma visão dualista e de aliança de classes com setores da burguesia para cumprir uma etapa de desenvolvimento capitalista no país como pré-condição para a luta e as tarefas essencialmente socialistas. Isso implicava numa política de alianças que subordinava os trabalhadores ao apoio aos partidos populistas e suas lideranças impedindo o surgimento de alternativa própria dos socialistas.

20. Nosso engajamento no Movimento pró-PT foi orientado na tarefa central que víamos para a luta pelo socialismo no Brasil: a organização política dos trabalhadores num partido independente, não subordinado às concepções tradicionais já apontadas.

21. O periódico que mantínhamos – o EM TEMPO – dedicou-se a apoiar editorial e materialmente o Movimento pró-PT. Tínhamos uma visão estratégica dessa construção. Para nós, o PT deveria ser construído e organizado como um Partido e não como outros grupos pensavam: uma frente política, ou uma frente eleitoral, mais à esquerda do que o antigo PTB, que no futuro decantaria um ou mais partidos no campo da esquerda.

22. Esse problema era real, pois várias correntes que assumiram o Movimento pró-PT o viam como um Partido transitório, de passagem, devido à grande heterogeneidade inicial. Por outro lado, isso despertava toda uma desconfiança do núcleo de sindicalistas que viam o PT como um partido estratégico em contrapartida a vários grupos mais orgânicos – independente do tamanho e da implantação social – que eram apresentados como uma “2ª camiseta”, isto é, vestiam outro projeto sob a camiseta da estrela petista.

23. Desde a fundação nós, da DS, defendíamos o PT como um Partido com direito de tendência e proporcionalidade nas direções gerais e Executivas, mas como um Partido estratégico e não uma frente política ou eleitoral. O preconceito contra os grupos ou correntes que vinham da esquerda durou algum tempo. Ao menos, até a organização da “Articulação dos 113”, denominação da corrente orgânica formada pelos dirigentes sindicais, intelectuais e outros setores que compunham a “maioria”, e que a partir do lançamento dos “113” se assumiram, também, como mais uma tendência partidária. O reconhecimento e a regulamentação de todas as correntes tornaram-se mais evidentes e uma exigência interna do PT.

24. Dessa forma, a adesão a uma tendência interna, assim como ao Partido, é voluntária, não contraditória com a filiação e com um grau menor de formalização, pois o PT possui Estatuto, Código de Ética e exige do filiado a observância dessas regras. Na tendência a adesão é mais fluida, menos formal e

a identificação ocorre em torno de uma ou mais questões que o Partido enfrenta no dia a dia e que nem sempre coesionam toda a militância, mas que são necessárias para o avanço do Partido e da luta dos trabalhadores pelo socialismo.

25. Ao longo da sua existência, o PT efetivou algumas alterações significativas. No 1o Congresso, ratificou-se o direito de tendência e proporcionalidade nas Executivas. As companheiras conquistaram o direito aos 30% de gênero nas direções. Nós estávamos juntos nessa luta.

26. Em 1999, no 2o Congresso a revisão estatutária foi remetida, com quorum qualificado, para ser deliberada pela Direção Nacional, que dedicou algumas reuniões para esse tema. A grande reforma, nesse momento, foi substituir os Encontros de delegados pelo voto direto de todos os filiados na escolha das direções municipais, estaduais e nacional, no mesmo dia em todo o país, e com a eleição separada das chapas proporcionais e do presidente respectivo. A proposta aprovada, por maioria, ampliou a participação dos filiados e deu mais legitimidade aos eleitos, mas diminuiu o debate e a participação nos Encontros substituídos por um processo eleitoral onde se exige apenas o voto entre 9-17 horas sem a discussão de teses, candidaturas, divergências etc...

27. As principais consequências foram as filiações massivas e sem critérios e o pagamento por terceiros, num claro voto de cabresto, gerando resultados negativos do ponto de vista orgânico e de formação dos filiados. O enfraquecimento dos núcleos e o fortalecimento dos mandatos e do poder econômico dentro do Partido foram inevitáveis.

28. Nos últimos anos, houve uma resistência positiva das organizações setoriais que vêm recuperando protagonismo no Partido, bem como o 4o Congresso corrigiu as principais distorções das filiações massivas e do pagamento em bloco por terceiros.

29. Nossa corrente defendeu o voto direto no Partido, mas que isso não prejudicasse o debate prévio das propostas, filiações criteriosas e compromisso de todos os filiados na sustentação partidária.

30. Ser da DS significa lutarmos dentro do PT para que o Partido se mantenha como um partido classista, anticapitalista e regido por sua democracia de base, com direito de tendência, representação proporcional das correntes e igualdade de gênero nas instâncias diretivas.

31. Ser da DS significa ter uma postura ética compatível com a sociedade que queremos construir: solidária, igualitária e que não se submeta ao pragmatismo de que “os fins justificam aos meios”. O Estatuto e o Código de Ética do PT expressam uma concepção republicana e laica na relação de cada filiado portador de mandato parlamentar ou executivo com o Estado, diante das possibilidades de burocratização, das vantagens e benefícios pessoais, cuja rigorosa observância é uma das marcas da nossa corrente.

32. Ser da DS significa lutar por uma democracia participativa. Para nós isso não é um horizonte utópico, mas um dos elementos centrais de uma transição ao socialismo, aqui e agora. O Estado capitalista liberal é incompatível com a democracia baseada na soberania popular. Por isso, todos os avanços que tivermos na luta pela democracia participativa (orçamentos participativos, conselhos populares setoriais

e regionais, plebiscitos, comissões de empresas com poder de gestão, etc) são avanços num programa de transição ao socialismo.

33. Ser da DS significa lutar por uma reforma política que faça avançar o nível de consciência e participação orgânica dos trabalhadores. Hoje é questão vital para os partidos de esquerda combater o domínio do poder econômico (financiamento privado ilimitado) e o individualismo e personalismo (voto nominal) predominantes no sistema político eleitoral brasileiro. Precisamos conquistar o financiamento público, o voto em lista partidária com igualdade de gênero e um verdadeiro sistema de proporcionalidade. Além disso, devemos defender um sistema unicameral com proporcionalidade idêntica para todo o país como bandeiras que o PT deve assumir como suas.

34. Ser da DS significa lutar para que nossos governos sejam exemplos de participação popular e de soberania popular. A governabilidade dos nossos mandatos necessita a legitimidade da participação em mecanismos de consulta e deliberação que vão além do sistema representativo. Para tanto, orçamento participativo, conselhos setoriais com poder de deliberação de políticas públicas, conferências e congressos municipais e estaduais também criam governabilidade e sustentação de governos pela presença popular direta. Essa governabilidade é muito superior em qualidade estratégica do que a dependência exclusiva aos acordos e composições congressuais como tem sido predominante em nossos governos. É incompatível, também, com a defesa do planejamento e do caráter republicano do Estado a manutenção da herança patrimonialista e corruptora da figura da emenda parlamentar. Expressão degenerada do clientelismo e ante-sala da corrupção que corrói o Estado brasileiro. Nossa corrente deve manter uma denúncia sem tréguas dessa anomalia e lutar para que seja substituída pela participação direta e organizada da população, decidindo regionalmente quais são as verdadeiras prioridades orçamentárias do povo.

35. Ser da DS é incorporar, na luta política, questões seculares reprimidas ao foro doméstico como se não fossem questões públicas e de interesse social. Somos feministas, lutamos pela igualdade de gênero nos espaços públicos e privados e nas reivindicações específicas das mulheres por direitos públicos e de opção pessoal. Somos pelo livre direito de orientação sexual, sem hipocrisias e obscurantismos medievais que ainda sobrevivem e oprimem milhões de seres humanos. Da mesma forma, somos defensores de um Estado republicano, laico, não subordinado a qualquer controle ou fundamentalismo confessional. Para nós, a garantia constitucional do direito a qualquer culto religioso aos indivíduos tem sua contrapartida na ausência de qualquer submissão do Estado e da cidadania a qualquer visão, prática e preconceito confessionais.

36. Nosso Partido nasceu, também, para enfrentar o racismo e seus preconceitos repressores. É indissociável da luta pela democracia e pela república o combate ao racismo que, apesar de toda a diversidade e pluralidade étnica da nossa gente, ainda sobrevive por uma herança maldita de quatro séculos, em nosso país, na forma da desigualdade social e na desigualdade de oportunidades.

37. Ser da DS significa enfrentar a visão neoliberal ainda predominante no plano econômico e lutarmos pela manutenção e reconquista pelo Estado de setores chaves como petróleo, energia e recursos naturais. Significa lutar por um sistema de crédito público, de cooperativas de crédito e de instituições

públicas de microcrédito, economia popular e solidária, bem como pelos modos não-capitalistas de produção e consumo. Defendemos uma política tributária progressiva e de prioridade dos tributos diretos sobre rendas, lucros e patrimônio. Lutamos pela garantia de que serviços públicos como telefonia, energia elétrica, estradas, serviços de água e saneamento não se transformem em instrumentos de acumulação privada. Precisamos avançar nas experiências de empresas e serviços públicos estatais e não-estatais autogestionados, bem como incentivar e fortalecer as experiências de economia popular solidária em suas variadas formas.

38. Significa combater o consumismo, a visão predatória dos recursos naturais, a submissão ao mercado e a concepção produtivista que o capitalismo impõe ideologicamente. Somos governo nas várias instâncias administrativas do país e nelas temos que exercer e alargar o controle e a capacidade de regulação do Estado, seja para coibir a acumulação e a exploração, bem como garantir uma política de direitos prometidos pela Constituição e ainda distantes de serem ganhos reais na vida das pessoas. Lutar, permanentemente, pela igualdade social é confrontar cotidianamente o capitalismo.

39. Significa romper com a submissão ideológica das últimas décadas e assumir a defesa e a propaganda da alternativa socialista materializando-a no cotidiano das nossas administrações e lutas na sociedade. Mais do que isso, nossa tarefa é recuperar o PT para a luta ideológica, para a luta de uma concepção de mundo socialista de novos valores e ideias, de perspectiva de futuro, de um novo mundo possível que já estamos construindo. Nesse sentido, as áreas da cultura, da educação e da comunicação são espaços prioritários dessa luta ideológica, pois é através desses mecanismos que o Estado capitalista cimta sua dominação de classe e mantém sua hegemonia. Nosso papel é fazer esse enfrentamento, disputar outra hegemonia baseada em valores da igualdade, solidariedade, do coletivo, da democracia participativa e do conhecimento racional do mundo.

40. Ser da DS significa ser internacionalista. Compreender que o capitalismo e o imperialismo são fenômenos históricos mundiais e os interesses dos trabalhadores não se esgotam nos limites nacionais. Significa apoiar ativamente o processo do Fórum Social Mundial. As grandes lutas e conquistas dos trabalhadores sempre tiveram essa característica internacional: o direito à organização sindical, as conquistas das jornadas de trabalho, o direito à educação, à saúde e à previdência, bem como as conquistas democráticas sempre foram arrancadas dos estados liberais pelas lutas e vitórias dos trabalhadores. Suas organizações e partidos precisam aprofundar sua unidade, integrar os povos e nações oprimidas pelo imperialismo e lutarmos, permanentemente, por sua integração. As experiências e relações fraternas que o PT sempre praticou com as Internacionais Socialistas e, em especial, seu compromisso com a construção do Fórum de São Paulo constituem-se numa sólida base de mais de 20 anos para que avancemos na unidade dos povos sul-americanos, na integração plena (econômica, política, cultural, etc) dos nossos países sob governos do campo popular e socialista e na crescente coesão programática dos nossos Partidos.

41. Por fim, esse conjunto de temas programáticos não esgota todas as questões que enfrentamos e/ou já acumulamos em nossas lutas e experiências governamentais, mas se constituem em um parâmetro ideológico-programático que nos identifica e singulariza como uma tendência interna no interior do PT.

O processo de unidade e prática programática do Partido num país profundamente desigual como o Brasil, exige uma permanente dialética na disputa hegemônica na sociedade e no próprio Partido.

42. Muitas definições programáticas do Partido não são praticadas uniformemente em todas as nossas administrações e/ou lutas em que estamos envolvidos. Da mesma forma, somos desafiados e exigidos, diariamente, por questões sobre as quais o Partido não definiu uma resposta coesa e adequada, além do conjunto de temas onde nem o debate e a discussão já ocorreram nas nossas instâncias de deliberação.

43. É nesse processo desigual, contraditório e dialético que o Partido e as correntes atuam e que vão forjando uma unidade programática superior. Até aqui, após três décadas, temos conseguido combinar a disputa pela hegemonia e o nível de consciência média programática do Partido num elevado grau de unidade na construção orgânica. Essa contribuição teórica e organizativa pretende dar continuidade a essa história.

REVISTA DA DEMOCRACIA SOCIALISTA

1. A revista da Democracia Socialista pretende organizar um debate programático sobre os rumos da Revolução Brasileira. Neste sentido, insere-se numa trajetória e busca resgatar a tradição marxista e revolucionária da qual nos reivindicamos.

2. Nestes últimos dez anos, ousamos dizer que tentamos produzir uma teoria revolucionária em tempos não revolucionários. Partimos de uma tradição onde o conceito de disputa do poder (e não só "pelo poder") pressupõe a construção de partidos socialistas revolucionários. Mantemos a firme convicção que para destruir o velho sistema é necessário conquistar o poder político, em um processo democrático em que a natureza mesma desse poder seja colocada em questão.

3. Para desenvolver uma teoria revolucionária é preciso ter um terreno social. No nosso caso, esse terreno é, sobretudo, a experiência brasileira, sem isolá-la de suas relações com outras. É possível buscar universalidades a partir de uma experiência concreta e, ao mesmo tempo, buscar contrapontos e aproximações com o debate internacionalista. Nossa contribuição funda-se na compreensão de que não há teoria sem prática política, praxis, que precisa partir de acontecimentos históricos e da inserção ativa neles. Essa visão não é exclusivista: felizmente, desde a nossa origem, não nos consideramos os únicos a desenvolver o marxismo, nem no Brasil e nem, muito menos, no mundo.

4. O primeiro ponto de uma contribuição a uma teoria revolucionária, a partir do Brasil, é a concepção de partido, a construção do PT como partido socialista e revolucionário. Essa grande experiência nos fez nascer e crescer, nos mostrou impasses e temos desafios a responder em torno a ela. Desenvolvemos uma concepção, ao longo dos anos de fundação e implantação do PT, de que a construção de um partido revolucionário no Brasil basear-se-ia em um partido de classe e de massas e na construção

simultânea de uma corrente marxista-revolucionária no seu interior. Hoje temos o desafio de enfrentar impasses e explorar potencialidades dessa construção teórica-prática

5. A conquista da Presidência da República em 2002 nos apresentou novos dilemas, mas em meio a novas potencialidades. A recomposição econômica e social da classe trabalhadora e os vínculos dela com o PT, manifestados sobretudo pela via eleitoral, é o fator objetivo mais favorável à concepção partidária que defendemos.

6. A crise do neoliberalismo reacende centelhas e atiza a nossa esperança revolucionária. O pensamento único ruiu, a globalização enalhou. Entendemos a abertura de um novo período que permite retomar ousadias utópicas. Permite propor a luta pela hegemonia do socialismo democrático nas transformações em curso no país, na esquerda e no PT.

7. Sendo o PT dirigente do governo brasileiro, exige pensar a transformação do Brasil, o que chamamos de revolução democrática. A questão fundamental é combinar reformas com a formação dos sujeitos revolucionários da transformação, vale dizer, com a hegemonia socialista-democrática. Nossa revista deve evidenciar e denunciar o estreitamento conservador da democracia política brasileira em contradição profunda com a ampliação da base social de uma democracia real em potencial. A luta pelo aprofundamento da democracia e pela democracia direta e participativa é orientadora do que fazemos. E sem ela é impossível propor superações dos limites atuais. A democracia - socialista em sua perspectiva - organiza nossa abordagem face à sociedade, ao desenvolvimento econômico, ao fortalecimento social da classe trabalhadora, à disputa dos setores médios, à construção partidária. A construção dos sujeitos da revolução social exige o combate pela democracia direta e participativa. Democracia direta e participativa liga-se à luta pela igualdade, questiona mudanças estanques e apenas indiretas, questiona a hipótese de uma revolução democrática passiva. Isso já delinea um amplo campo de trabalho para a revista.

8. Ele também se relaciona com contrapontos críticos necessários a uma despartidarização que corroeu nosso meio. O PT passou a ser considerado por muitos uma espécie de instrumento útil, incapaz de ser sujeito. Política sem partido, governo sem partido, movimento sem partido, programa sem partido, revolução democrática sem partido: essas formas diversas de redução do papel histórico do PT devem ser combatidas pela nossa revista.

9. Uma repartidarização socialista-democrática - e petista - é fundamental e nossa revista deve estar a esse serviço. Ela tem implicações internas de reconstrução da identidade do nosso partido, como viemos salientando em nossas conferências. Uma conquista fundamental dessa luta - o novo Estatuto do PT - deve merecer toda nossa atenção e esforço de transformar em prática uma nova política organizativa.

10. Socialismo e democracia são marcas fundadoras da nossa corrente, Democracia Socialista, que precisa elevar-se, ela mesma, ao potencial programático daquilo que historicamente propõe. O patamar comum de ativismo em torno a uma tradição mantida pela coesão programática e pela democracia interna tem sido exuberante, mas é insuficiente. Uma corrente marxista-revolucionária deve buscar um nível de consciência no limiar do horizonte ideológico do programa. A revista deve, portanto, ser um instrumento para a própria formação da corrente.

I - Uma revista marxista para a revolução democrática

11. Ao aprovar em sua X Conferência Nacional “diretrizes de um programa para a revolução democrática”, a tendência Democracia Socialista do PT propôs para si e em diálogo com o Partido dos Trabalhadores um novo e promissor período de possibilidade de fusão entre o marxismo revolucionário e a cultura do partido.

12. As teses aprovadas na X Conferência Nacional da DS identificaram um novo período da luta de classes a partir de quatro vitórias estratégicas estabelecidas contra o neoliberalismo no país e da crise internacional, sem perspectivas de solução no horizonte, do neoliberalismo, como expressão política de um período de globalização.

13. A partir deste diagnóstico, as teses propuseram o esforço histórico da construção do programa da revolução democrática, entendida como um período de superação dos impasses estruturais capitalistas e dos limites liberais da democratização do Estado brasileiro, diagnosticados após os grandes anos de transformação do Brasil a partir dos governos Lula. Propunha diretrizes exatamente por conceber que a elaboração do programa da revolução democrática deveria ser fruto da própria práxis transformadora dos trabalhadores e do povo brasileiro, das mulheres e dos negros, com o protagonismo do PT e das forças de esquerda em seu pluralismo de tradições e experiências.

14. Em seu item 14, as teses da X conferência conclamavam: “Um programa da revolução democrática dialoga e propõe a construir um novo ascenso dos movimentos sociais, um novo protagonismo da cidadania ativa, uma nova consciência cidadã afim aos valores do socialismo democrático no Brasil. Este novo e mais alto ascenso reclama um novo ethos socialista democrático do PT e dos partidos da esquerda brasileira, dos próprios movimentos sociais que estruturam este bloco histórico. É este novo bloco histórico em formação que pode sustentar um processo de revolução democrática no Brasil”.

15. É com este novo ascenso dos valores do socialismo democrático que a fundação pela Democracia Socialista de uma revista marxista revolucionária quer se relacionar, como espaço de diálogo e criação, de teoria e prática, de tradição revolucionária e abertura para os novos desafios do século XXI, de reflexão sobre a experiência nacional e interlocução com as grandes experiências internacionais de emancipação em curso, em particular as latino-americanas.

16. Se os tempos de cólera do neoliberalismo foram anos sombrios de resistência do socialismo e de uma infinita pressão sobre as culturas do marxismo, os tempos do pós-neoliberalismo podem e devem ser os tempos criativos de um socialismo democrático e de um marxismo revolucionário renovados e enriquecidos em seu esforço de auto-crítica e reelaboração teórica, em sua indignação com as opressões capitalistas e em sua esperança que uma nova ordem mundial é possível.

II - Um marxismo-revolucionário para os tempos do pós-neoliberalismo

17. Como tendência marxista revolucionária, a Democracia Socialista tomou consciência logo no início dos anos noventa, após a queda da URSS engolfada em uma direção neoliberal, da pressão inaudita aberta sobre a cultura do socialismo e, em particular, sobre o marxismo enquanto uma teoria explicativa do capitalismo e propositora de sua revolução.

18. De acordo com os liberais, o marxismo estaria morto, seria um passado e um erro brutal. Apesar das intenções libertárias de seu criador, a sua teoria, que os seus desdobramentos históricos teriam aclarado, seria a principal responsável por legitimar as opressões totalitárias e seus crimes históricos contra a humanidade.

19. O valor da liberdade e da emancipação que pulsa tão forte em toda a obra de Marx e Engels, todas as imensas contribuições históricas das tradições marxistas à formação dos direitos que compõe o núcleo mesmo do que entendemos como conquistas civilizatórias da democracia, em todos os campos, dos direitos do trabalho aos direitos da mulher, do direito à auto-determinação nacional à soberania popular, todas as dignas e riquíssimas tradições anti-estalinistas do marxismo, clássicas e contemporâneas, tudo isto foi esquecido neste período histórico de máxima saturação liberal, com seus dogmatismos e seu estreitamento intelectual.

20. Mas era apenas o início dos tempos neoliberais, em sua pretensão de ter finalizado a história, de ser o alfa e o ômega da civilização, de ter proscrito da história todas as culturas alternativas ou adversárias. Durante este período, com seu domínio mercantil e de poder político, os liberais exerceram com intolerância e obscurantismo os procedimentos de censura e exclusão, de perseguição e anátema - até mesmo ao ponto de reescrever a história – para negar ao marxismo e ao pluralismo de suas tradições o direito à cidadania cultural.

21. Nestes tempos de perseguição cultural e de crise, muitas editoras marxistas fecharam suas portas, cursos universitários marxistas ou marxizantes foram proscritos, jornais e revistas socialistas sob pressão deixaram de existir, circuitos internacionais foram interrompidos, tradições de dignidade histórica sofreram descontinuidade. Tornando refrão propagandístico, o anti-marxismo ocupou totalitariamente a mídia empresarial, calou vozes, censurou jornalistas e articulistas, pregou a intolerância como método.

22. Em meio a esta pressão anti-pluralista e intolerante, mesmo os partidos de esquerda, que ainda continuavam a se reclamar das tradições marxistas, até as tendências que faziam desta relação uma auto-identidade, sofreram graves recuos na organização interna e pública de sua cultura marxista.

23. Muitos partidos, movimentos sociais e intelectuais deixaram de ter o marxismo como referência. Pior: muitos ex-marxistas passaram a desafinar o coro do anti-marxismo. Novos movimentos sociais, mesmo alguns que se inscrevem certamente em um horizonte da emancipação e até com algumas perspectivas anti-capitalistas, passaram a se nomear como pós-marxistas. Jovens militantes socialistas, formados em um tempo de escassez ou retrocessos da cultura marxista, adaptaram-se à escola do pragmatismo. Mesmo a linguagem pública da esquerda, passou a evitar ou substituir conceitos e termos-chaves que compunham a linguagem das correntes marxistas como classes dominantes, exploração, alienação, mais-valia, imperialismo, etc.

24. Como teoria e cultura, no entanto, que nasceu, deu os seus primeiros passos e formou as suas primeiras identidades públicas sob a censura e o exílio, sob a proscricção legal e sob brutal repressão, o marxismo, em sua história, sempre soube sobreviver aos tempos difíceis. Faz parte da sua própria identidade revolucionária crescer e se enriquecer através da crise e da crítica. Não foi diferente nos tempos do neoliberalismo.

25. Por três razões singulares à esta época histórica, a cultura do marxismo sobreviveu e se enriqueceu neste período, alimentando e alimentando-se das lutas de resistência ao neoliberalismo:

26. - a cultura do marxismo desprende-se, de modo mais radical e generalizado, da âncora pesada do estalinismo, que por sua irradiação histórica longa, havia se difundido e impregnado profundamente a cultura do marxismo nas várias regiões do mundo;

27. - a revisitação da obra dos fundadores do marxismo se fez com um conhecimento mais histórico e informado de seus limites e, por isso mesmo, de seu imenso potencial emancipatório ainda a ser desenvolvido;

28. - o pluralismo da cultura marxista incentivou uma série de incursões teóricas novas sobre realidades emergentes do capitalismo mundial e também sobre novas perspectivas anti-capitalistas.

29. Ao contrário do que pretendeu o chamado “pensamento único”, a cultura do marxismo nestes princípios de tempos pós-neoliberais está mais viva do que nunca, pulsa e reclama por um novo período de desenvolvimento como linguagem da emancipação.

30. Hoje se conhece mais a obra de Marx (há inclusive uma nova edição integral em curso, que amplia em muito o universo de escritos até agora disponível), o seu processo de formação com seus diálogos e rupturas, as fronteiras de sua pesquisa ao final da sua vida e as tensões criativas de sua teoria. Valoriza-se e compreende-se mais a singularidade das contribuições de Engels.

31. Coleções, antologias e estudos monográficos sobre a história do marxismo permitem hoje uma visão muito mais ampla, profunda e sistemática sobre a história do marxismo e suas relações com os movimentos operários, com os movimentos feministas e de libertação nacional. Sabe-se hoje muito mais, inclusive com a abertura dos arquivos da antiga URSS, sobre a história dos descaminhos da revolução russa sob a égide do estalinismo. Em particular, o lugar do marxismo na história cultural do mundo pode ser hoje mais avaliado e apreciado.

32. Os estudos sobre a relação entre república, marxismo e democracia, que devem muito aos desenvolvimentos contemporâneos da filosofia política, em suas tradições do humanismo cívico, permitem entender melhor toda a singularidade, a pertinência e a reposição plena da atualidade da crítica de Marx ao capitalismo para uma cultura contemporânea da emancipação. Experiências inovadoras de democracia participativa e deliberativa, por sua vez, incentivam novas sínteses sobre as formas de transição democrática ao socialismo.

33. Novos estudos de longa duração histórica e de visão muito ampla e sistêmica sobre a formação da chamada modernidade capitalista permitem um olhar renovado sobre as tendências atuais do

capitalismo. Em particular, toda uma cultura de novos estudos econômicos sobre as dimensões de financeirização do capitalismo possibilitam identificar o centro disruptivo de suas atuais contradições. Além disso, toda uma gama de estudos sociológicos sobre as novas configurações das classes trabalhadoras, a partir dos impactos das mutações tecnológicas recentes, permitem e incentivam reelaborações sobre os sujeitos históricos das transformações.

34. Amplos desenvolvimentos da cultura do feminismo – de sua história, de suas tradições operárias e populares, de seus questionamentos à cultura patriarcal, da formação de novos direitos – cobram e esperam do marxismo revolucionário novas sínteses libertárias. Sem o diálogo com a capacidade crítica do marxismo ao capitalismo, inclusive às suas estratégias contemporâneas de opressão, nenhuma teoria feminista plena da emancipação poderá se construir.

35. Novos estudos históricos que permitem entender, de modo mais profundo e central, o impacto da escravidão na formação do sistema capitalista, a elaboração de culturas democráticas multiculturais e, principalmente, um estágio mais avançado das lutas dos povos africanos, inclusive com a histórica luta de derrubada do apartheid na África do Sul, colocam na ordem do dia novas sínteses teóricas da cultura do marxismo com as tradições de luta anti-racistas.

36. Sob a pressão da crise ecológica mundial, uma promissora formação de uma cultura eco-socialista, como releituras e atualizações da obra de Marx e de clássicos do marxismo, constituem os elementos de uma nova economia ecológica marxista ou de um marxismo ecológico. A crítica à valorização do capital, à sua lógica de predação imanente da natureza, da mercantilização e da privatização dos bens públicos, de suas crises cíclicas permitem às vertentes marxistas da ecologia diagnosticar mais profundamente os impasses das vertentes liberais ecológicas.

37. Da crítica histórica à mercantilização da cultura e da formação dos meios de comunicação mercantis de massa ao diagnóstico da “sociedade do espetáculo” contemporânea, passando pela rica tradição dos estudos culturais inspirados no marxismo, formou-se toda uma literatura promissora da democratização da cultura e da formação de uma opinião pública democrática.

38. A luta pelos direitos dos gays, lésbicas e transexuais certamente expandem e trazem novos desafios para certas culturas do marxismo que sempre se propuseram a criar uma nova moral sexual, modos libertários e anti-tradicionistas de viver.

39. Um balanço histórico das relações entre as várias teologias da libertação e a cultura do marxismo é imensamente positivo no sentido de superar certas tendências redutoramente racionalistas do marxismo, inaptas a compreender que certos motivos religiosos, certas instâncias da fé, algumas tradições cristãs igualitárias ou mesmo cosmológicas, podem formar perspectivas anti-capitalistas e emancipatórias. A partir daí, criou-se todo um rico diálogo entre marxismo e teologias da libertação, motivadora de novas transcendências e reconhecimentos de dignidades.

40. Por fim, a partir das experiências do Fórum Social Mundial, uma nova agenda de lutas para o século XXI foi se formando, desde a luta pela paz até o direito dos povos à soberania alimentar, desde a crítica às instituições mundiais que dirigem a globalização neoliberal até a experimentação de novas formas

comunitárias de produzir. Em particular na América Latina, experiências recentes de governos progressistas têm renovado os programas de unidade latino-americana, mobilizado exigências históricas dos povos originários da América, renovado a relação da cultura do marxismo com as tradições históricas nacionalistas e emancipatórias do continente. Na Europa, a crise da social-democracia, em suas vertentes contemporâneas, tem permitido aflorar novas experiências de movimentos sociais, de coalizões de partidos e programas à esquerda. A cultura e as bases de um novo internacionalismo anti-capitalista, mais plural e multi-continental, parecem estar se formando.

41. Pela força social e institucional de seus partidos e correntes de esquerda contemporânea, que se formaram nas tradições do anti-estalinismo e sobreviveram aos períodos dominados pelo neoliberalismo, pela riqueza das tradições que formam a história das lutas dos oprimidos e explorados, pela qualidade de sua história intelectual, pela sua inserção na história mundial, ao mesmo tempo europeia, latina, índia e africana, o Brasil é hoje um lugar propício para contribuições significativas a uma nova síntese do marxismo revolucionário do século XXI em diálogo com as experiências internacionais de emancipação.

III - O socialismo petista do século XXI e o marxismo revolucionário

42. No item 3 da Resolução “Socialismo petista”, aprovada pelo PT em seu 7º Encontro Nacional em 1990, se afirmava: “ Outra dimensão visceralmente democrática do PT é o seu pluralismo ideológico-cultural. Somos, de fato, uma síntese de culturas libertárias, unidade na diversidade. Confluíram para a criação do PT, como expressão de sujeitos sociais concretos, mais ou menos institucionalizados, diferentes correntes de pensamento democrático e transformador: o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não-marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental, etc.”

43. E acrescentava: “O ideário do Partido não expressa, unilateralmente, nenhum desses caudais. O PT não possui filosofia oficial. As distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política concreta. O que une essas várias culturas políticas libertárias, nem sempre textualmente codificadas, é o projeto comum de uma nova sociedade, que favoreça o fim de toda exploração capitalista”.

44. Apoiadora e mesmo co-elaboradora desta histórica resolução do PT, a tendência Democracia Socialista é certamente a corrente petista marxista revolucionária mais longeva e de maior influência. A sua relação com a tradição do marxismo revolucionário não se dá no plano da eleição de uma doutrina oficial, nem através da escolha unilateral e dogmática de uma tradição marxista exclusiva e muito menos na opção por uma determinada experiência de construção do socialismo tida como paradigmática.

45. Na medida em que esta relação é concebida como um processo histórico em curso de síntese de uma cultura marxista do socialismo democrático, esta identidade é plural (se reivindica das várias tradições e autores clássicos do marxismo anti-estalinista), não dogmática (incentiva uma relação

criativa, historicizada e crítica, com estas tradições), praxiológica (ela será desenvolvida em relação com as lutas anti-capitalistas e libertárias do PT e dos movimentos sociais) e principalmente dialogal (estabelece uma interação permanente com outras experiências e tradições emancipatórias).

46. Daí que a defesa e desenvolvimento das tradições do marxismo revolucionário no interior do PT é para a DS, sem atribuir-se o monopólio ou o exclusivo desta missão, um imperativo da sua própria identidade e razão de ser. A própria relação da DS com o PT pode e deve ser pensada a partir dos diferentes períodos desta relação.

47. Como corrente nacional, o seu nascimento é praticamente simultâneo ao nascimento do PT. Podemos identificar aí, então, um primeiro momento genético: iniciava-se a relação entre a DS como corrente marxista- revolucionária e a construção do PT como partido classista, tendencialmente socialista e revolucionário.

48. O período entre a fundação do PT e o documento Socialismo Petista, de 1990, pode e deve ser compreendido como o de uma relação virtuosa entre o PT e o marxismo revolucionário. O contexto de grande ascenso das lutas classistas, a relação forte do PT com os movimentos sociais em um marco de institucionalização inicial, o próprio posicionamento histórico decisivamente crítico à transição conservadora que culminou na campanha épica de Lula à presidência da República em 1989, formaram uma cultura do PT receptiva ao desenvolvimento de teses e conceitos caros ao marxismo revolucionário. Noções como auto-determinação dos trabalhadores, poder popular, programa marcado por reformas estruturais de sentido anti-capitalista em uma dinâmica de revolução permanente, feminismo, solidariedade internacionalista aos processos revolucionários em curso, foram amplamente desenvolvidas nos Congressos petistas.

49. Já o período entre 1990 e 2002, quando a coalizão liderada pelo PT chega ao governo central do país, pode ser caracterizado como de disputa de rumos estratégicos do PT. Neste período, marcado internacionalmente pela massificação da crise do socialismo e pelo domínio do neoliberalismo, acabou prevalecendo, a partir de meados dos anos noventa, uma direção que afirmava nitidamente a prioridade do caminho da disputa institucional, o alargamento das alianças do PT para além dos marcos da esquerda mas também um horizonte programático de resistência às políticas neoliberais. Houve neste período, sem dúvida, rebaixamento da cultura socialista do PT e, de forma mais clara, da presença das culturas marxistas em seu interior. Assumiu neste quadro grande importância uma série de seminários realizados pela Fundação Perseu Abramo sobre a atualização do socialismo petista. Em meio a contradições, o PT reafirmava, a partir de seus laços aprofundados e mais nacionalizados com os movimentos dos trabalhadores e setores populares, a sua condição de principal pública referência da esquerda brasileira.

50. De 2003 até hoje, o PT continua a expressar valores de esquerda, embora em um quadro de forte institucionalização da vida do partido e de crescimento do pragmatismo, tensões obviamente decorrentes de sua condição de governar um país no seio de um estado capitalista, portanto profundamente marcado por instituições e leis liberais e conservadoras. Neste quadro, foram muito importantes as resoluções do III Congresso do PT em 2007, reafirmando que “as riquezas da

humanidade são uma criação histórica, coletiva e social” e que “o socialismo que almejamos só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção.” E também a resolução política do IV Congresso Nacional Extraordinário, realizado em 2011, a qual afirma que o partido deve “aprofundar seu compromisso com outra visão de mundo e com outro modelo de desenvolvimento, reafirmando a defesa da construção do socialismo.”

51. Ao defender para o PT a tarefa central de desenvolver o programa da revolução democrática, o que a tendência Democracia Socialista está propondo é inaugurar um novo período de fusão entre a cultura petista e o marxismo revolucionário.

IV - A revolução democrática e o marxismo revolucionário

52. A retomada e o desenvolvimento de um corpo teórico que tem nas tradições do marxismo revolucionário a sua raiz é condição necessária para o pleno desenvolvimento de um programa da revolução democrática. Esta condição de necessidade - que não tergiversa sobre a atualidade do marxismo revolucionário - não é uma declaração dogmática: ela pode ser demonstrada por três razões substantivas.

53. Em primeiro lugar, o marxismo revolucionário originou-se e tem por vocação uma busca de totalidade – que está no centro de sua condição potencialmente hegemônica – que concebe a unidade da história em suas dimensões políticas, econômicas, culturais e sociais, propondo-lhes a construção de um sentido dinâmico.

54. Ora, a coincidência entre a crise do socialismo e da cultura do marxismo e o domínio neoliberal provocou uma fortíssima e ainda não superada cisão entre as várias dimensões da emancipação. Há hoje um abismo não superado entre novos movimento sociais e partidos, entre lutas institucionais e lutas culturais, entre reivindicações econômicas e lutas pela democratização do poder. Formaram-se, no contexto destas cisões, culturas da emancipação que dialogam pouco entre si ou que têm encontrado dificuldades recorrentes para convergir. Dinâmicas parciais e estanques acabaram criando tradições organizativas próprias. Novas teses passaram a transformar esta dinâmica de cisão em virtude, propondo horizontes de transformação social descentrados da disputa do próprio poder.

55. Precisamos de uma teoria coerente e unificadora da emancipação e para isto os conceitos e relações de sentido desenvolvidas pelo marxismo revolucionário são fundamentais.

56. Em segundo lugar, a cultura do socialismo democrático não pode prescindir do conceito chave de revolução democrática que deve contribuir para toda uma nova fase de desenvolvimento do marxismo revolucionário. Este conceito democrático de revolução pode vir a ser antídoto e superação dos impasses históricos na construção do socialismo, quando revoluções anti-capitalistas não conseguiram criar uma nova dinâmica real de socialização do poder.

57. Se em sua primeira fase de formulação, o marxismo revolucionário, na época de seus fundadores, não pôde se relacionar com a atualidade plena da revolução, a partir do impasse reformista da II

Internacional e da degeneração da revolução russa, o marxismo revolucionário pôde desenvolver a sua identidade defendendo, ao mesmo tempo, a revolução social e a revolução política, o combate ao capitalismo e a luta pela superação da burocracia ou autonomização do poder revolucionário em relação a seus fundamentos democráticos. A noção de revolução democrática pode ser vista como consciência e antídoto contra a perda de sentido emancipatório da revolução, em um sentido crítico e negativo.

58. Isto foi decisivo para a construção do PT, pois foi a confluência das várias tradições anti-estalinistas que formaram o partido que possibilitou a sua sobrevivência política frente à crise final da URSS. Nesta conjuntura, o partido pôde, então, coerentemente reafirmar a sua proposta de um socialismo democrático. Partidos que ainda carregavam em sua tradição a herança estalinista, mesmo já em processo avançado de crítica como no caso do eurocomunismo italiano, não conseguiram resistir: ao expor a dignidade fraturada de sua própria história, foram conduzidos a dar razão histórica ao liberalismo democrático, perdendo a raiz de sua identidade de esquerda.

59. Agora, o desafio é o desenvolvimento afirmativo do conceito de revolução democrática. Através do marxismo revolucionário, é possível compreender que a democracia não é um valor universal no sentido de que ela foi historicamente reinterpretada pelo liberalismo, que tornou-se a visão de mundo dominante nos países capitalistas centrais. Através do conceito de revolução democrática é possível desenvolver uma dinâmica que coloca em questão os limites intransponíveis que o liberalismo impõe à liberdade, à universalização simétrica dos direitos, à justiça social, à emancipação das mulheres e à convivência pacífica dos povos em relação de mútuo respeito e dignidade. Enfim, para desenvolver plenamente a liberdade e a democracia é preciso fazer o contrário do que se acomodar aos valores, às instituições, à ordem dos direitos e deveres, pregados pelas correntes liberais, em seu pluralismo histórico e doutrinário. É preciso, pois, superar os limites liberais da democracia em uma direção socialista, no sentido de criar uma liberdade qualitativamente profunda, plural, universal.

60. Mas há uma terceira razão para defender a firme opinião de que a retomada e o desenvolvimento do marxismo revolucionário é fundamental para desenvolver o programa da revolução democrática. É porque apenas através das tradições do marxismo é possível desenvolver uma análise e uma perspectiva internacional dos desenvolvimentos do capitalismo enquanto sistema mundial. As décadas da globalização financeira, para além de seus mitos, corresponderam efetivamente a uma maior integração política, econômica, financeira e cultural do mundo. A dialética entre emancipação nacional e emancipação internacional ganhou certamente uma relação mais combinada embora também mais desigual.

61. Na experiência de governar o Brasil, na reiterada internacionalização das conjunturas, na evolução muito nítida das conjunturas políticas, inclusive no plano continental, fica claro que a perspectiva internacional não está apenas no horizonte da emancipação mas está inserida mesmo em sua dinâmica. Há certamente uma relação de efeito mútuo entre o precário desenvolvimento do marxismo revolucionário nos anos recentes e os impasses da experiência internacionalista do Fórum Social Mundial. Como experiência rica de diálogo, encontro e convergências, o Fórum Social Mundial teve e tem que enfrentar as cisões das culturas anti-capitalistas.

62. Defender a centralidade do marxismo revolucionário para o desenvolvimento do programa da revolução democrática não é advogar, de forma auto-proclamada, a sua razão. Pelo contrário, é na medida mesmo que souber dialogar, através do pluralismo de suas tradições, com as vertentes do eco-socialismo, dos feminismos radicais e anti-capitalistas, dos movimentos antirracistas, dos movimentos sociais comunitaristas e anti-mercantis, com as correntes da Teologia da Libertação, com as experiências radicais de participação democrática, com as novas configurações internacionalistas, que este marxismo revolucionário pode exercer a sua potência histórica de síntese, de unidade na diversidade, de hegemonia no pluralismo.

V - Cinco fundamentos e um futuro

63. A partir destas considerações, seria possível elencar cinco fundamentos centrais para a criação de uma revista marxista revolucionária hoje.

64. O primeiro fundamento é o da identidade: neste período ainda marcado por graves retrocessos da cultura pública do marxismo e de larga difusão do pragmatismo na cultura do PT, é fundamental firmar a identidade da revista como de uma tendência historicamente vinculada ao PT e, ao mesmo tempo, marxista revolucionária. Isto é, que se proclama marxista revolucionária exatamente por ser construtora do PT desde as suas origens. Há aqui um valor para a própria cultura socialista democrática do PT; mas há também um valor necessariamente crítico às correntes sectárias que se servem muitas vezes doutrinariamente do marxismo para negar o imenso valor histórico de esquerda do PT, não apenas para os trabalhadores do Brasil mas do mundo inteiro.

65. O segundo fundamento é o sentido praxiológico da revista: ela não pretende ser uma revista de teoria marxista, em um sentido prioritariamente acadêmico ou historicamente descentrado, mas exatamente o inverso. Inserida na rica tradição da dialética petista, a sua agenda prioritária, o seu trabalho coletivo de elaboração, os seus diálogos serão voltados exatamente para o desenvolvimento do programa da revolução democrática no Brasil. É ao procurar responder aos problemas históricos da transformação no Brasil que a revista poderá ir desenvolvendo uma teoria coerente da revolução democrática, em diálogo com a tradição e com as experiências internacionais.

66. O terceiro fundamento é o sentido plural e dialogal da revista: ancorada na tradição da tendência Democracia Socialista, ela buscará sempre o diálogo, a interlocução, a polêmica construtiva, a colaboração sistemática com os militantes e intelectuais marxistas e com os propositores de uma perspectiva do socialismo democrático. Este diálogo será feito prioritariamente com os companheiros do partido. Nem todo o espectro do marxismo revolucionário nem todos os militantes socialistas, no entanto, se inserem organicamente no PT e, a partir de sua identidade petista, a revista buscará também a contribuição destes companheiros e companheiras.

67. O quarto fundamento é o caráter internacionalista da revista: sem estarem vinculados organicamente, há muitos partidos, correntes e movimentos socialistas hoje no mundo, em particular na América Latina. Núcleos de estudos marxistas, vinculados a revistas independentes e a universidades ou

fundações também se fazem presentes. Dentro dos marcos das relações internacionais do PT, diversos níveis de conhecimento, cooperação ou diálogo podem se estabelecer, naturalmente a partir de aproximações e de perspectivas comuns.

68. O quinto fundamento é contribuir para a continuidade e renovação às tradições do marxismo revolucionário. Como a revista não se propõe a inaugurar uma tradição mas identificar a sua descontinuidade, estabelecer pontes entre o passado e o futuro, encorpar e colorir os sentidos das experiências vividas, fazer o cultivo da memória, presentificar vidas e pensamentos revolucionários, ela terá sempre o trabalho de revisitar as tradições. Há o diagnóstico, pela força corrosiva dos tempos neoliberais recém vividos, de um déficit público da dignidade e inteligência histórica do marxismo revolucionário e do socialismo democrático. A dignidade e inteligência desta revista estará sempre exposta à dignidade e inteligência da tradição que visa encarnar e atualizar.

69. Cumprido o desafio de reunir estes cinco fundamentos, não temos dúvida que a revista que ora se inicia poderá vir a ser um marco histórico da luta pelo socialismo democrático no Brasil e no mundo.